

BOLETIM INFORMATIVO SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

3.º Trimestre 2013



15 de novembro de 2013

ÍNDICE

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO -----	3
2.	ENQUADRAMENTO -----	4
3.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE -----	5
3.1.	Análise dos Resultados -----	5
3.2.	Análise Patrimonial -----	12
3.3.	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro -----	15
3.4.	Responsabilidades Contingentes -----	18
4.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	20
5.	PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) -----	21
6.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO -----	24
	ANEXOS -----	27
	A – UNIVERSO SEE ANALISADO -----	28
	B - ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	29
	C - ANÁLISE PATRIMONIAL -----	38
	D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	40
	E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE -----	41

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim informativo apresenta uma visão geral sobre a evolução da situação económico-financeira e patrimonial do universo das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF).

Relativamente ao 3.º trimestre de 2013 destacam-se os seguintes aspetos no que respeita às EPNF, excluindo o sector da Saúde:

- O resultado líquido agregado no final do 3.º trimestre de 2013 foi positivo no montante de 52,1 M€, o que representa uma melhoria de 72,2 M€ face ao valor registado no final do 3.º trimestre de 2012 (-20,1 M€);
- Excluindo a Parpública, devido ao efeito não recorrente das operações de privatização, verificou-se uma melhoria no EBITDA agregado de 209,1 M€, ou seja, mais 32,4% do que em igual período do ano anterior para a qual contribuiu o efeito da liquidação antecipada de instrumentos de gestão de risco financeiro;
- No sector dos Transportes e Gestão da Infraestrutura ferroviária, verifica-se que o EBITDA ajustado, numa base comparável, evoluiu de 0,5 M€ no 3º trimestre de 2012 para 7,9 M€ no 3º trimestre de 2013. A decisão de reintrodução de subsídios teve um impacto de 30,9 M€ neste sector, degradando o EBITDA ajustado total no 3º trimestre de 2013 para -23,0 M€;
- O volume de negócios, excluindo o investimento em infraestruturas de longa duração (ILD), pelo efeito neutro que produz no resultado líquido, uma vez que é contabilizado simultaneamente como proveito e gastos (em Fornecimentos e Serviços Externos ou Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), apresenta um decréscimo em termos homólogos de 0,5% (20,0 M€);
- Os gastos operacionais agregados, excluindo os ILD, apresentaram um crescimento nulo face a igual período de 2012, tendo para tal contribuído a redução dos Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVM) e Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) de 2,3% e 3,8%, respetivamente, que compensaram o crescimento de 8,3% nos gastos com pessoal induzido pela reposição dos subsídios em 2013.

O sector da Saúde apresentou, no 3.º trimestre de 2013, face a igual período do ano anterior, uma redução de 3,0% das receitas, decorrente da diminuição dos preços nas diversas linhas de produção, e um aumento de 2,8% nos gastos operacionais, por via do aumento em gastos com pessoal derivado do efeito de reposição de subsídios em 2013, o que se traduziu num EBITDA de -276,0 M€ (-128,9 M€ no 3.º trimestre de 2012).

O Sector Empresarial do Estado (SEE) registou um aumento do endividamento de 5,5%, face ao 4.º trimestre de 2012, ascendendo a 33.669,3 M€, repartidos pelas Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), num total de 13.909,0 M€ (+1,4%), e Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), num total de 19.760,3 M€ (+8,6%).

2. Enquadramento

O presente boletim informativo enquadra-se no âmbito do regular acompanhamento pela DGTF às empresas que integram o SEE.

A análise desenvolvida ao nível da demonstração de resultados incide sobre o 3.º trimestre de 2013 por comparação com o trimestre homólogo de 2012, enquanto o balanço compara com o final do ano anterior.

A generalidade destas empresas utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), enquanto 14 utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As entidades públicas empresariais (EPE) do sector da Saúde não se encontram, por enquanto, obrigadas à adoção do SNC, pelo que mantêm as suas contas em POC não podendo, por essa razão e pela sua especificidade, ser agregadas com as restantes empresas.

Os elementos de informação económica e financeira das empresas correspondem a contas executadas e individuais, sendo obtidos, em geral, do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), sendo os valores reportados da responsabilidade das próprias entidades, os quais são suscetíveis de acerto até ao encerramento das contas do exercício.

Pelo motivo referido, os dados financeiros poderão não coincidir com os apresentados em boletins anteriores.

Em 2013, a Transtejo foi integrada no perímetro de consolidação das contas públicas enquanto entidade pública reclassificada (EPR) no âmbito da aplicação do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95).

A referência “Empresas Parpública” corresponde à Parpública e às suas empresas participadas de maior relevância, não se devendo, no entanto, considerar como contas consolidadas.

Finalmente importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Extensão das responsabilidades contingentes;
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP);
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE

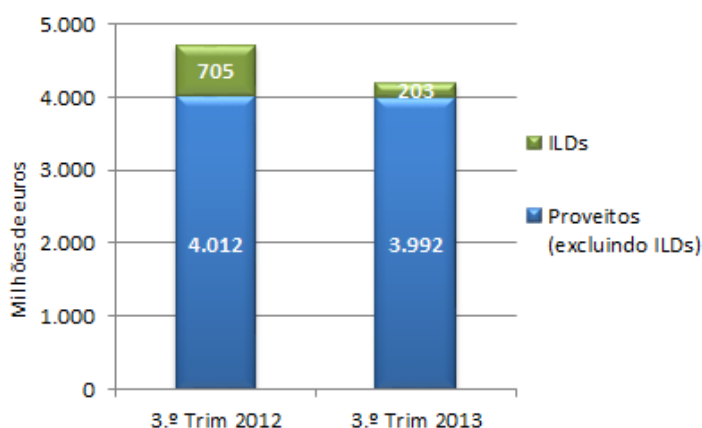
3.1. Análise dos Resultados

3.1.1. Rendimentos Operacionais

No 3.º trimestre de 2013 o volume de negócios do SEE, excluindo o sector da Saúde, apresenta um decréscimo de 522,0 M€ (-11,1% face ao 3.º trimestre de 2012), atingindo um total de 4.195,6 M€, explicado essencialmente pela redução do valor da prestação de serviços associada a investimento em ILD, em cerca de 502,0 M€, particularmente na Estradas de Portugal (EP).

Gráfico 3.1.1. – Volume de negócios do SEE

(excluindo sector da saúde)



Fonte: SIRIEF e empresas

Excluindo o investimento em ILD, pelo efeito neutro que produz no resultado líquido uma vez que é contabilizado simultaneamente como proveitos e gastos (em FSE ou CMVMC), o decréscimo verificado no volume de negócios em termos homólogos é de 20,0 M€, equivalente a uma diminuição de 0,5%.

Quadro 3.1.1. – Volume de negócios por sector

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	152.858	153.274	-416	-0,3%
Cultura	3.483	3.305	179	5,4%
Infraestruturas	1.283.991	1.802.140	-518.149	-28,8%
Req. Urbana e Ambiental	3.233	6.046	-2.813	-46,5%
Transportes	385.026	397.253	-12.227	-3,1%
Outros	82.914	101.174	-18.260	-18,0%
Empresas Parpública	2.284.059	2.254.405	29.653	1,3%
Subtotal	4.195.565	4.717.597	-522.032	-11,1%
Saúde	2.646.094	2.727.312	-81.218	-3,0%
Total	6.841.658	7.444.908	-603.250	-8,1%

Fonte: SIRIEF e empresas

Verifica-se uma diminuição do volume de negócios na generalidade dos sectores face ao verificado no 3.º trimestre de 2012, com as maiores reduções, em termos absolutos a ocorrer:

- No sector das Infraestruturas (-518,1 M€), explicado na sua maioria pela EP decorrente da diminuição dos investimentos em ILD (-486,7 M€) e das receitas provenientes da Contribuição do Serviço Rodoviário (-18,7 M€);
- No sector Outros (-18,3 M€), resultado da transferência de competências da EMA para a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), com um impacto de 16,6 M€ na empresa;
- No sector dos Transportes (-12,2 M€), pela conjugação das variações ocorridas no MP, -15,3 M€ em investimentos em ILD, na CP, -9,7 M€ decorrente da diminuição da procura, e no ML um crescimento de 11,2 M€ derivado da atualização da chave de repartição das receitas do Passe L em 2013.

Em sentido inverso o volume de negócios das Empresas Parpública apresenta uma variação positiva de 29,7 M€, em resultado do aumento da procura na TAP, que gerou um incremento de 42,2 M€, sobrepondo-se às reduções verificadas nos CTT, em 9,2 M€, e na Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), em 4,5 M€.

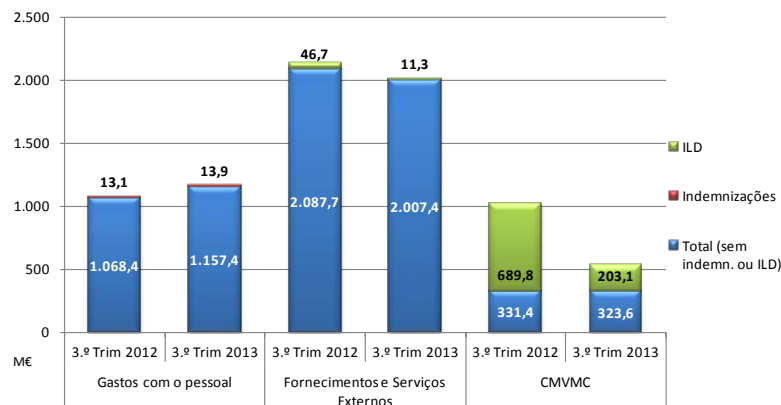
Decorrente da diminuição dos preços nas diversas linhas de produção, o sector da Saúde apresenta, uma redução das receitas, em cerca de 81,2 M€ para um total de 2.646,1 M€.

3.1.2. Gastos Operacionais

No final do 3.º trimestre de 2013 os gastos operacionais do SEE, excluindo o sector da Saúde, e sem considerar os ILD, apresentaram um crescimento nulo face a igual período de 2012, mantendo-se em 3.488,5 M€.

Este resultado é explicado pela conjugação das reduções de 80,3 M€ (-3,8%) dos FSE e 7,7 M€ (-2,3%) do CMVMC, que compensaram o aumento de 89,0 M€ (+8,3%) dos gastos com pessoal, decorrentes da reposição dos subsídios de Natal e de férias em 2013.

Gráfico 3.1.2. – Gastos operacionais do SEE
(excluindo sector da saúde)



Fonte: SIRIEF

Os gastos com o pessoal, excluindo indemnizações por cessação do contrato de trabalho, ascenderam a 1.157,4 M€ no final do 3.º trimestre de 2013, um acréscimo de 89,0 M€ face ao homólogo em consequência da reposição dos subsídios em 2013.

No entanto mesmo com a reposição de subsídios em 2013 em algumas empresas verifica-se uma redução dos custos com pessoal no final do 3.º trimestre de 2013 face a igual período de 2012. Neste âmbito destaca-se os CTT com uma diminuição de 6,4% (-14,1 M€) decorrente da redução de 689 trabalhadores maioritariamente por aposentação.

Os FSE (incluindo ILD) do SEE, excluindo sector da Saúde, reduziram 5,4% no 3.º trimestre de 2013, cerca de 115,7 M€, face ao período homólogo, atingindo um total de 2.018,7 M€. Para esta evolução contribuíram maioritariamente as seguintes empresas:

- TAP, SA, com -35,9 M€ (-2,7%);
- EP, com -17,4 M€ (-12,6%);
- EMA, com -13,9 M€ (-54,0%), pela transferência de competências para a ANPC; e
- CTT, com -8,7 M€ (-7,0%).

O CMVMC (incluindo ILD), excluindo sector da Saúde, atingiu o valor de 526,8 M€ no final do 3.º trimestre de 2013, o equivalente a redução de 48,4% face a igual período do ano anterior, sendo explicado, pela redução do investimento em ILD na EP, de cerca de 470,4 M€.

Além da EP, é de salientar a redução de 34,0% na RTP, decorrente de economias nos custos externos da grelha de programas, atingindo no final do 3.º trimestre de 2013 um total de 48,5 M€.

Quadro 3.1.2. – Gastos Operacionais do SEE

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	148.162	178.076	-29.914	-16,8%
Cultura	18.289	17.054	1.235	7,2%
Infraestruturas	866.150	1.322.195	-456.046	-34,5%
Req. Urbana e Ambiental	9.774	11.038	-1.264	-11,5%
Transportes	473.769	481.587	-7.818	-1,6%
Outros	84.603	95.338	-10.736	-11,3%
Empresas Parpública	2.116.060	2.131.795	-15.735	-0,7%
Subtotal	3.716.807	4.237.085	-520.278	-12,3%
Saúde	3.053.990	2.970.133	83.857	2,8%
Total	6.770.796	7.207.217	-436.421	-6,1%

Fonte: SIRIEF e empresas

Com exceção do sector da Saúde, em que a diminuição dos CMVMC e dos FSE em 30,8 M€ e 22,4 M€, respetivamente, não foi compensado o acréscimo gerado pela reposição dos subsídios nos custos com pessoal, tendo-se verificado uma diminuição dos gastos operacionais na generalidade dos sectores do SEE no 3.º trimestre de 2013 face a igual período de 2012.

3.1.3. EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

No 3.º trimestre de 2013, no SEE, excluindo o sector da Saúde, verificou-se uma diminuição do EBITDA de 50,8 M€, para um total de 1.438,5 M€.

Quadro 3.1.3. – EBITDA do SEE

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	25.297	28.799	-3.502	-12,2%
Cultura	-193	358	-550	-153,9%
Infraestruturas	551.221	608.500	-57.279	-9,4%
Req. Urbana e Ambiental	-3.244	-968	-2.276	-235,2%
Transportes	61.745	-188.309	250.054	132,8%
Outros	3.238	11.634	-8.397	-72,2%
Empresas Parpública	800.388	1.029.287	-228.899	-22,2%
Subtotal	1.438.453	1.489.302	-50.849	-3,4%
Saúde	-276.002	-128.886	-147.116	-114,1%
Total	1.162.451	1.360.416	-197.965	-14,6%

Fonte: SIRIEF

O sector das Infraestruturas mantém um EBITDA positivo de 551,2 M€, revelando no entanto, uma diminuição de 9,4% no 3.º trimestre de 2013, essencialmente explicado pela redução dos resultados da EP em -26,8 M€.

Para a análise do sector dos Transportes e do seu contributo para a formação do EBITDA, além das receitas e gastos operacionais, há que referir o efeito da rubrica de justo valor, a qual produz um elevado impacto nestas empresas, explicado pela utilização de contratos de gestão de risco financeiro. A liquidação antecipada de alguns destes contratos no 2º trimestre de 2013 contribuiu positivamente para a evolução do EBITDA acumulado à presente data.

Assim, no final do trimestre em análise, o justo valor contribui com uma variação positiva de 77,2 M€, que associado aos ganhos operacionais traduz-se num crescimento do EBITDA do sector dos Transportes de 250,1 M€ para um total de 61,7 M€, com todas as empresas do sector a apresentarem crescimentos, sendo de destacar:

- O MP, com um crescimento de 191,0 M€, atingindo -4,4 M€;
- A CP, com um crescimento de 34,1 M€, alcançando 47,7 M€, e
- O ML, ao crescer 13,9 M€, para um total de 18,3 M€.

No final do 3.º trimestre de 2013 a conclusão da privatização da ANA permitiu um aumento substancial do EBITDA das Empresas Parpública face ao trimestre anterior, atingindo um total de 800,4 M€. Contudo, esse valor foi insuficiente para superar aquele registado no 3.º trimestre de 2012, registando um decréscimo de 22,2%, uma vez que a Parpública, atuando no domínio de gestor de participações em processo de privatização, e por isso sujeita a acentuadas variações dos seus resultados, incorporou em 2012 a receita da reprivatização da EDP e REN.

O sector da Saúde agrava o seu EBITDA em cerca de 147,1 M€, passando de -128,9 M€ para um total de -276,0 M€, como consequência da diminuição dos proveitos e aumento dos custos operacionais referidos anteriormente.

3.1.4. EBITDA ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária

No âmbito do memorando de entendimento de políticas económicas e financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária.

Para o efeito, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA ajustado face a 2010, expurgado de variações de justo valor e rubricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de investimento em redução de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução de 208,1 M€, entre o 3.º trimestre de 2010 e o 3º trimestre de 2013, no EBITDA ajustado do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, excluindo a reintrodução de subsídios.

Com efeito, numa base comparável, o EBITDA ajustado passou de 0.5 M€ no 3º trimestre de 2012 para 7.9 M€ no 3º trimestre de 2013. A decisão de reintrodução de subsídios teve um impacte de 30,9 M€ neste sector, degradando o EBITDA ajustado total para -23,0 M€

Quadro 3.1.4. – EBITDA ajustado agregado

Unid: Milhares de euros

EBITDAr	3.ºTrim 2010	3.ºTrim 2011	3.ºTrim 2012	3.ºTrim 2013	Δ 2010-2013
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	415.257,4	423.318,5	452.535,5	447.575,5	32.318,1
Indemnizações Compensatórias	110.999,8	148.376,9	119.743,9	126.913,5	15.913,8
Outros subsídios e compensações financeiras	1.693,6	2.051,7	3.379,9	1.337,9	-355,8
RECEITAS OPERACIONAIS	527.950,8	573.747,1	575.659,3	575.826,9	47.876,1
CMVMC	36.422,0	39.095,2	34.342,5	31.979,5	-4.442,5
FSE (s/ IFRIC)	350.278,2	311.049,8	289.564,2	293.124,6	-57.153,5
Custos com Pessoal sem reintrodução de subsídios de férias e natal (1)	341.423,5	310.358,0	251.261,9	242.820,8	-98.602,7
DESPEAS OPERACIONAIS	728.123,7	660.503,1	575.168,7	567.924,9	-160.198,8
EBITDAr (sem reintrodução de subsídios)	-200.172,9	-86.756,0	490,6	7.902,0	208.074,9
Encargos decorrentes da reintrodução de subsídios				30.892,7	
Custos com Pessoal	341.423,5	310.358,0	251.261,9	273.713,4	-67.710,0
EBITDAr	-200.172,9	-86.756,0	490,6	-22.990,6	177.182,2
(1) Excluindo custos com rescisões, no valor de:	5.152,8	12.592,8	8.528,3	9.644,9	

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego

3.1.5. Resultados Financeiros

No fim do 3.º trimestre de 2013, o SEE, excluindo o sector da Saúde, apresenta uma melhoria dos resultados financeiros, face ao homólogo, ao reduzir 10,8% os prejuízos financeiros para um total de -828,2 M€

Quadro 3.1.5. – Resultados financeiros do SEE

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	-3.004	-10.472	7.468	71,3%
Cultura	-8	0	-8	-11457,9%
Infraestruturas	-310.655	-330.082	19.427	5,9%
Req. Urbana e Ambiental	-7.869	-8.687	818	9,4%
Transportes	-244.507	-428.157	183.651	42,9%
Outros	-124.626	-11.381	-113.245	-995,0%
Empresas Parpública	-137.552	-139.718	2.166	1,6%
Subtotal	-828.221	-928.498	100.277	10,8%
Saúde	268	4.138	-3.870	-93,5%
Total SEE	-827.953	-924.360	96.408	10,4%

Fonte: SIRIEF

É de notar que a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivados reflete-se nos resultados financeiros, regra geral, decorrente da diferença entre o valor de mercado destes instrumentos, registado no balanço das respetivas empresas, e o valor efetivamente pago no âmbito do seu cancelamento. Assim a evolução positiva registada em alguns sectores resulta essencialmente do efeito da liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivados, ao registar ganhos resultantes da diferença entre o valor de mercado e o valor pago por estes instrumentos.

Com efeito, os sectores dos Transportes e das Infraestruturas apresentam uma melhoria de 42,9% e 5,9%, respetivamente, explicado maioritariamente por:

- MP, com um crescimento de 145,6 M€, alcançando um resultado financeiro de -1,6 M€;
- STCP, melhorando 46,9 M€ para um total de -4,3 M€, e
- REFER, com um aumento no resultado financeiro de 18,7 M€, atingindo -38,0 M€

Por outro lado, o sector Outros incorre num forte agravamento dos resultados financeiros, passando de -11,4 M€ para -124,6 M€, como consequência da contabilização do custo do cancelamento do *swap* da EGREP na sua totalidade.

Ao contrário da generalidade dos instrumentos financeiros liquidados, o *swap* cancelado pela EGREP não se encontrava refletido no balanço da empresa por se considerar que incorporava todas as condições estabelecidas na IAS 39¹. Assim, apenas era mensurado, na demonstração de resultados, o juro decorrente do derivado e do empréstimo subjacente.

¹ International Accounting Standard 39: Financial Instruments: Recognition and Measurement.

Como consequência, à data da liquidação antecipada, o custo teve de ser registado na sua totalidade, produzindo uma redução de 112,9 M€ nos resultados financeiros da EGREP e correspondente aumento do passivo.

Dada a própria natureza do sector da Saúde, os resultados financeiros deste sector são praticamente nulos.

3.1.6. Resultados Líquidos

O resultado líquido do SEE no final do 3.º trimestre de 2013, excluindo o sector da Saúde, foi positivo no montante de 52,1 M€, o que representa uma melhoria de 72,2 M€ face ao valor registado no final do 3.º trimestre de 2012 (-20,1 M€).

Quadro 3.1.6. – Resultado líquido do SEE

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	17.131	12.401	4.730	38,1%
Cultura	-652	-144	-509	-353,9%
Infraestruturas	-21.786	-25.152	3.366	13,4%
Req. Urbana e Ambiental	-10.690	-12.782	2.092	16,4%
Transportes	-320.665	-755.962	435.297	57,6%
Outros	-124.608	-2.516	-122.092	-4853,2%
Empresas Parpública	513.384	764.077	-250.693	-32,8%
Subtotal	52.113	-20.078	72.191	359,6%
Saúde	-341.507	-213.823	-127.684	-59,7%
Total	-289.394	-233.900	-55.493	-23,7%

Fonte: SIRIEF

A variação positiva do resultado líquido agregado do SEE, excluindo o sector da Saúde, resulta em grande medida da evolução positiva que se verificou no sector dos Transportes, com um crescimento de 435,3 M€ do resultado líquido do final do 3.º trimestre de 2013 face ao período homólogo, explicado maioritariamente pelo incremento do resultado líquido do MP (+335,3 M€), da STCP (+47,7 M€) e ML (+31,3 M€).

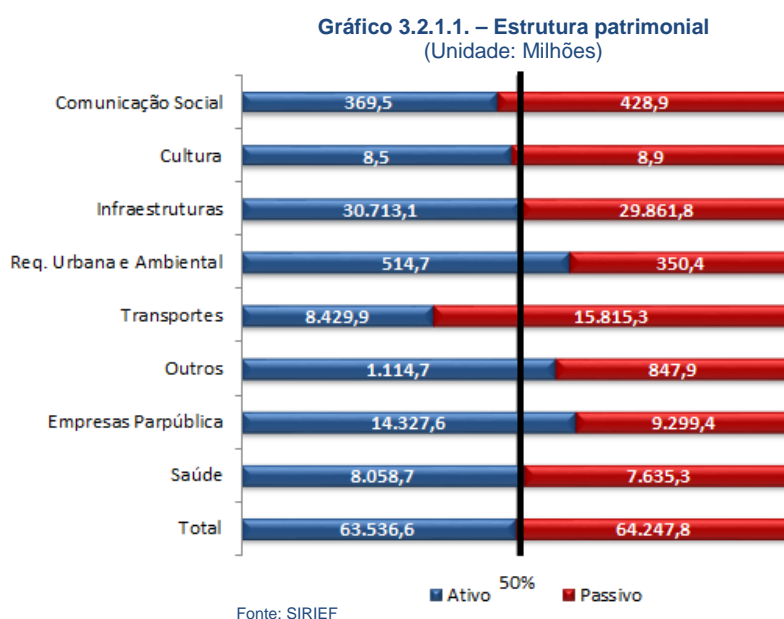
Em sentido inverso, refira-se o contributo negativo das Empresas Parpública e do sector Outros, que diminuíram os seus resultados em 250,7 M€ e 122,1 M€, respetivamente.

No sector da Saúde, a redução de proveitos traduziu-se num agravamento do resultado líquido do sector, com os prejuízos a aumentarem 127,7 M€ face ao igual período do ano transato, atingindo no final do 3.º trimestre de 2013 um total de 341,5 M€.

3.2. Análise Patrimonial

3.2.1. Estrutura Patrimonial / Capitais Próprios

Em termos patrimoniais, durante o 3.º trimestre de 2013, o SEE apresenta uma evolução negativa face ao final do ano de 2012, com uma redução dos capitais próprios em 330,1 M€, decorrente de um crescimento do passivo (7,3%) superior ao do ativo (6,8%), que ascendem a 64.247,8 M€ e 63.536,6 M€, respetivamente.



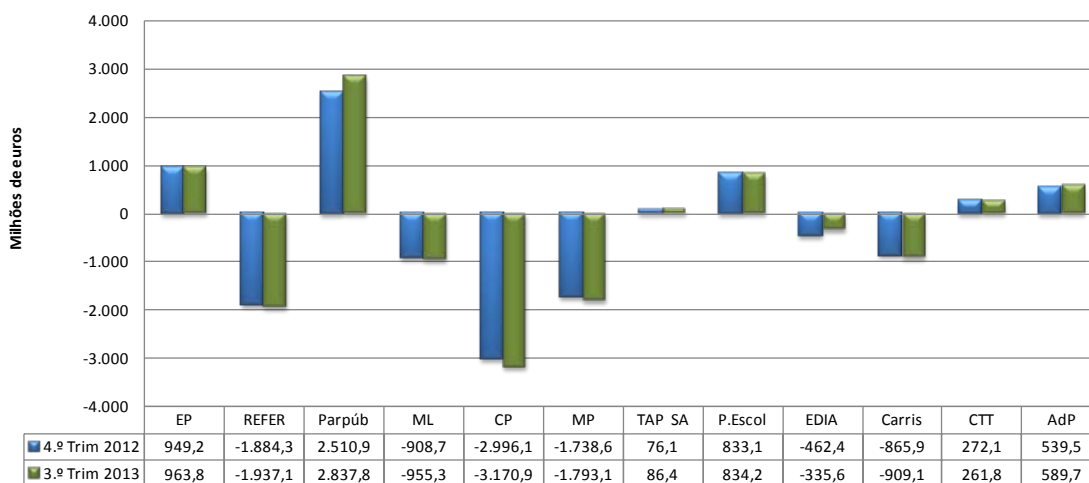
O gráfico acima evidencia a situação desequilibrada do sector dos Transportes, com o passivo a representar quase o dobro do ativo, atingindo, conseqüentemente, os capitais próprios o valor de -7.385,4 M€, verificando-se uma redução de 4,8% face ao final do ano de 2012.

A contribuir maioritariamente para este agravamento neste sector, encontram-se:

- A CP com -174,9 M€ para um total de -3.170,9 M€;
- O MP com -54,5 M€ para -1.793,1 M€;
- O ML com -46,7 M€ para -955,3 M€; e
- A Carris com -43,2 M€ para um total de -909,1 M€

O sector das Infraestruturas, decorrente do elevado volume de investimento inerente ao sector, apresenta um valor de ativo (30.713,1 M€) e passivo (29.861,8 M€) muito superior ao dos restantes, sendo de referir que os capitais próprios do sector registaram uma melhoria de 12,9% durante os primeiros três trimestres do ano de 2013.

Gráfico 3.1.2.2. – Capital próprio das empresas com maior passivo



Fonte: SIRIEF

O gráfico acima apresentado mostra a evolução do capital próprio das 12 empresas com maior passivo, ordenado de forma decrescente do passivo.

3.2.2. Endividamento

Na análise do endividamento foi feita uma divisão entre EPNR e EPR, uma vez que o aumento do endividamento das EPR produz efeito na dívida pública, por estas empresas se encontrarem incluídas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

Gráfico 3.2.2.1. – Endividamento por EPR e EPNR



Fonte: SIRIEF

Até ao final do 3.º trimestre de 2013, o SEE registou um aumento do endividamento de 5,5% face ao valor verificado no final de 2012, ascendendo a 33.669,3 M€, repartidos pelas EPNR, num total de 13.909,0 M€ (+1,4%), e EPR, num total de 19.760,3 M€ (+8,6%).

Nas EPNR, o aumento é explicado maioritariamente pela combinação do crescimento verificado na EGREP, com mais 115,2 M€ decorrente da necessidade de liquidar antecipadamente o instrumento financeiro derivado que detinha, e na CP, com mais 118,6 M€

Em sentido oposto, as Empresas Parpública registaram um decréscimo de 139,3 M€ face ao final de 2012, resultando das reduções na Sagestamo (-64,6 M€), na TAP, SA (-58,9 M€) e na Parpública (-14,3 M€).

Quadro 3.2.2. – Endividamento

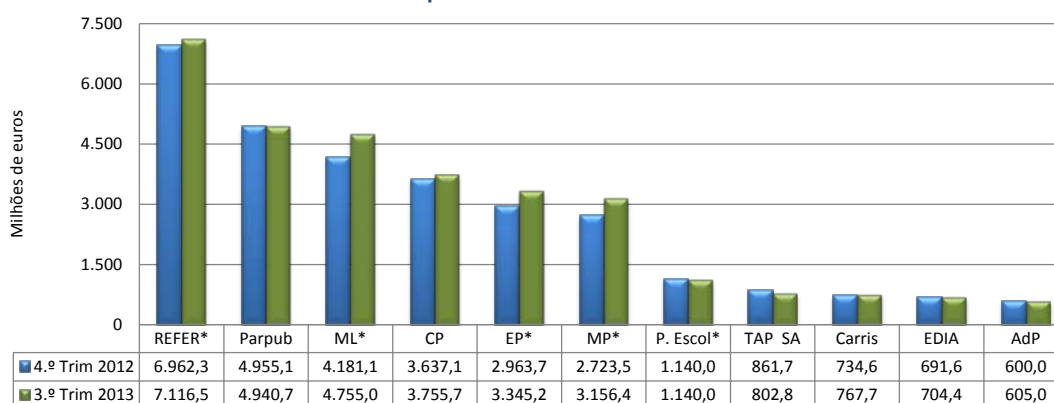
Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	65.015	66.145	-1.130	-1,7%
Cultura	4	0	4	-
Infraestruturas	12.681.236	12.136.560	544.677	4,5%
Req. Urbana e Ambiental	167.079	162.713	4.366	2,7%
Transportes	13.009.694	11.810.848	1.198.846	10,2%
Outros	634.559	484.259	150.301	31,0%
Empresas Parpública	6.803.102	6.942.385	-139.283	-2,0%
Saúde	308.617	308.347	271	0,1%
Total SEE	33.669.306	31.911.255	1.758.050	5,5%

Fonte: SIRIEF

Relativamente às EPR o aumento de endividamento encontra-se concentrado no sector dos Transportes, especificamente no ML em 573,9 M€ (+13,7%) e no MP em 432,9 M€ (+15,9%). Em ambos os casos o acréscimo de endividamento foi utilizado para pagar o cancelamento antecipado de instrumentos financeiros derivados.

Gráfico 3.2.2.2. – Empresas do SEE com maior endividamento



(*) – EPR

Fonte: SIRIEF

As onze empresas constantes do gráfico acima representam, no seu somatório, 92,3% do endividamento total do SEE.

3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a essa agência a gestão dos IGRF contratados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), submeterem a parecer do IGCP, E.P.E. os IGRF.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

O resultado desse processo está espelhado na figura seguinte:

Quadro 3.3.1. - IGRF cancelados no 1º semestre de 2013

Unid: Milhares de euros

Empresa	Preço cancelamento	MtM à data cancelamento	Desconto	nº Operações Fechadas
EP	-8.988	-13.160	32%	1
Metropolitano Lisboa	-475.429	-658.521	28%	43
Metro Porto	-342.561	-516.936	34%	11
Refer	-12.486	-22.505	45%	5
Total EPR	-839.464	-1.211.122	31%	60
AdP	-24.440	-37.600	35%	2
CP	-24.667	-37.525	34%	3
EGREP	-122.080	-175.500	30%	1
Parpública	10.000	10.000	0%	2
STCP	-7.865	-12.100	35%	1
Total EPNR	-169.052	-252.725	33%	9
Total	-1.008.515	-1.463.847	31%	69

Fonte: Empresas

Em consequência deste processo, e do vencimento de algumas operações, à data de 30 de setembro subsistiam 54 IGRF nas carteiras de 12 empresas, repartidas por cinco sectores de atividade, com um nocial agregado de 2.709,9 M€, e um valor de mercado da ordem dos 1.617,0 M€

Quadro 3.3.2. - IGRF por Sector
(Valores reportados a 30.09.2013)

Unid: Milhares de Euros

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual Atual	IGRF - MtM	Endividamento	MtM/Divida (%)
APL ¹	1	13.975	-2.701	127.365	-2,1%
Refer	1	150.000	2.523	7.116.474	0,0%
Subtotal Infra-Estruturas	2	163.975	-178	7.243.839	0,0%
Carris	4	302.100	-84.549	767.732	-11,0%
CP	3	273.729	-69.934	3.755.699	-1,9%
Metro Porto	4	233.570	-516.153	3.156.371	-16,4%
Metropolitano Lisboa	21	930.962	-666.411	4.755.047	-14,0%
STCP	1	25.000	-94.943	391.577	-24,2%
TAP	9	100.596	-95	802.760	0,0%
Transtejo	1	27.500	-3.846	183.087	-2,1%
Subtotal Transportes	43	1.893.457	-1.435.932	13.812.273	-10,4%
ADP	4	170.000	-26.923	605.000	-4,5%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	4	170.000	-26.923	605.000	-4,5%
SIMAB	1	17.361	-368	26.289	-1,4%
Subtotal Outros Setores	1	17.361	-368	26.289	-1,4%
Parpública ²	4	465.069	-153.575	4.940.740	-3,1%
Total Geral	54	2.709.862	-1.616.975	26.628.141	-6,1%

(1) - Derivado embedded num contrato de mútuo

(2) - Inclui obrigações convertíveis sobre ações da GALP

Fonte : Empresas

O quadro supra evidencia o peso do valor de mercado dos IGRF contratados (*MtM*), à data de 30 de setembro, face ao endividamento das empresas, o qual se manteve inalterado face ao trimestre anterior.

Foi feita uma análise da sensibilidade deste IGRF à variação das taxas de juro, tendo-se apurado que uma a variação positiva de 1% na curva de rendimentos do euro teria um impacto favorável de cerca de 378,9 M€, enquanto uma variação negativa de 1% provocaria um agravamento de 536,8 M€² no valor da carteira (Fonte:IGCP). A assimetria não negligenciável destes impactos decorre essencialmente da componente de opcionalidade na carteira, particularmente sensível nas estruturas *snowball*.

Comparativamente com o 2º trimestre, a subida do nível geral das taxas de juro no período em análise, levou a uma diminuição de cerca de 14% da sensibilidade do valor de mercado à subida da

² Como já foi referido em boletins anteriores, nesta análise impôs-se como limite que as taxas de juro não poderiam assumir valores negativos, pelo que nos prazos mais curtos o choque de facto imposto à curva foi inferior (em valor absoluto) a 1%.

taxa de juro, maioritariamente devido aos derivados do tipo *snowball* das empresas Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto e STCP.

Quadro 3.3.3. - Análise de sensibilidade à variação da curva de rendimentos do euro

(Valores reportados a 30.09.2013)

Unid: Milhares de Euros

Empresa	IGRF - MtM	+1%	-1%
ADP	-26.923	4.587	-5.770
APL	-2.701	533	-524
Carris	-84.549	13.576	-27.368
CP	-69.934	9.374	-8.358
SIMAB	-368	89	-36
Metropolitano Lisboa	-666.411	180.727	-257.408
Metro Porto	-516.153	86.803	-135.049
Parpública	-153.575	61.947	-74.178
Refer	2.523	-656	1.468
STCP	-94.943	20.294	-28.097
TAP	-95	773	-728
Transtejo	-3.846	857	-781
Total	-1.616.975	378.904	-536.831

Fonte: IGCP

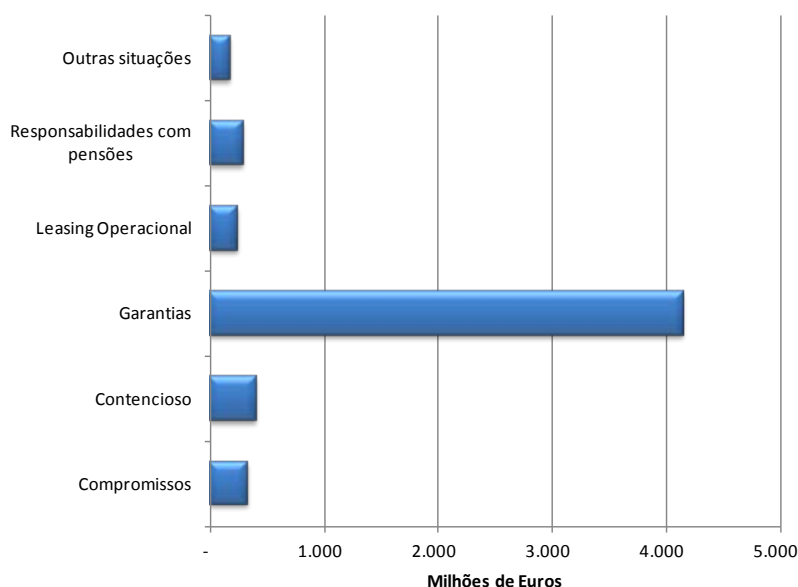
3.4. Responsabilidades Contingentes

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 30 de setembro, 563 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 5.577,4 M€, representando um decréscimo de cerca 5,9% face ao número de operações reportado em junho p.p.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 4.861,8 M€ (cerca de 87,1% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 66,4%), a TAP (com 8,6%), a Parque Escolar (com 7,0%) e o ML (com 5,1%).

Gráfico 3.4. - Responsabilidades contingentes por tipologia



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, contencioso e compromissos correspondendo, respetivamente, a 4.151,6 M€ (74,5%), 403,3 M€ (7,2%) e 325,7 M€ (5,6%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 87% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 88,9% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

Quadro 3.4. - Responsabilidades Contingentes por Sector

Unid: Milhares de euros

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional	
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante
1.1. Comunicação Social	8	10.667	7	7.823	1	2.844	0	0
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	5	7.979	3	3.096	1	2.051	0	0
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	14	2.488	10	2.123	2	0	2	365
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	6	151.604	3	150.065	1	49	2	1.490
1.3.5.Outras Infraestruturas	38	410.153	1	2.498	32	78.678	2	119
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	36	37.218	4	33	30	37.175	2	10
1.5. Saúde	246	72.995	1	22	211	55.702	19	545
1.6. Serviços de Utilidade Pública	28	3.721.991	7	3.690.642	11	0	1	12.205
1.7. Transportes	109	925.054	55	185.037	48	222.396	1	220.416
1.8. Parpública	14	121.858	1	1.942	5	6.182	4	218
1.9. Outros Sectores	59	115.396	27	108.335	19	6.164	8	189
Total	563	5.577.404	119	4.151.616	342	405.077	33	235.369

Fonte: Empresas

As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de “Contencioso”, são a TAP³, a Parque Expo e a Parque Escolar, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

No que respeita aos Compromissos, a Parque Escolar representa 99% do valor total reportado, com 324,5 M€.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

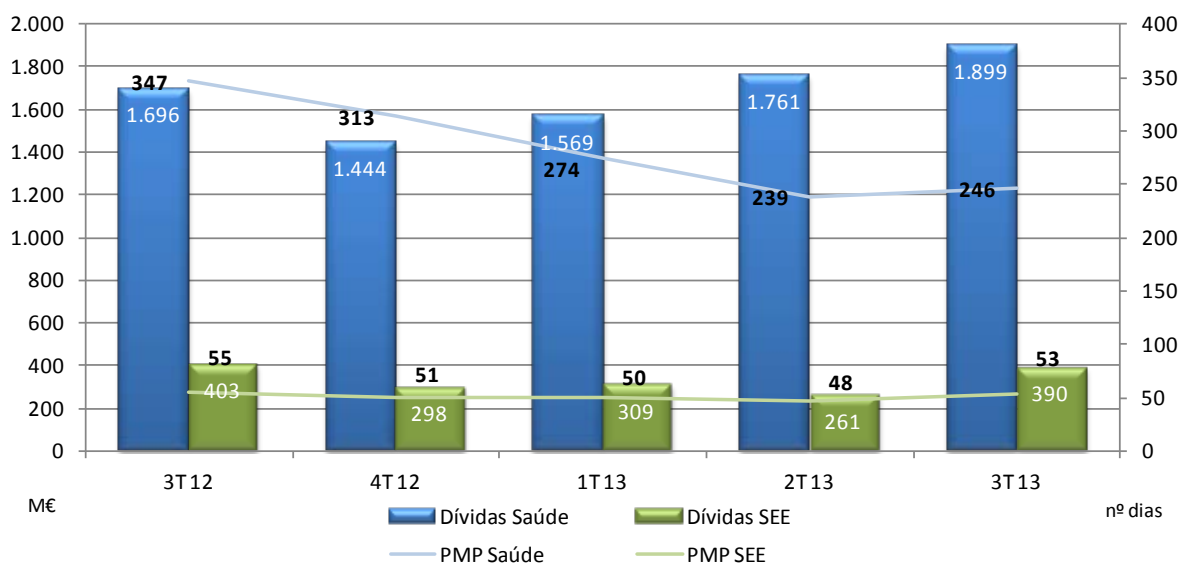
O Leasing Operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

³ Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

4. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), é importante analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP). O gráfico seguinte apresenta a evolução do PMP, conjugado com o valor em dívida para com fornecedores:

Gráfico 4. – Evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores



Fonte: ACSS para os dados da Saúde e os restantes são submetidos pelas empresas.

No sector da Saúde, verifica-se durante os últimos cinco trimestres uma redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, por via da forte redução de dívidas a fornecedores no durante o ano de 2012. Contudo, desde o início de 2013 que se observa um acumular das dívidas a fornecedores neste sector, com conseqüente impacto no prazo médio de pagamentos, ao crescer para 246 dias no 3.º trimestre de 2013.

As restantes empresas do SEE alcançam um PMP de 53 dias, menos 2 dias que em igual período do ano anterior.

5. Pagamentos em Atraso (Arrears)

Com o objetivo de uniformizar a informação relativa aos pagamentos em atraso por parte das empresas públicas, ao abrigo das negociações entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira⁴ (PAEF) foi aprovado o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual determinou⁵ que as entidades que integram o universo das Administrações Públicas em Contas Nacionais, bem como as demais empresas públicas, devem fornecer à Direção Geral do Tesouro e Finanças, entre outras entidades, a informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Dessa forma, pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas incluídas no sector público administrativo⁶, determinando que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Para o efeito, a LCPA considera⁷ “*Pagamentos em atraso*» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”.

No período em análise, globalmente⁸ assistiu-se, comparativamente ao 3.º trimestre de 2012, a um aumento de 27,7 M€ no volume dos pagamentos em atraso (“*arrears*”), de 79,1 M€ para 106,8 M€, verificando-se no subgrupo das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) uma evolução desfavorável, influenciado essencialmente pela CP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 42,1 M€ no 3.º trimestre de 2012 para 84,7 M€ no 3.º trimestre de 2013, dos quais cerca de 83,4 M€ correspondem a dívidas à REFER. Verifica-se, assim que, entre as Empresas Públicas Não Financeiras (excluindo o sector da Saúde), o peso dos pagamentos em atraso, quando comparado com o montante das aquisições, cresceu de 11,8% para 22%, tendo subjacente um aumento dos pagamentos em atraso.

No que importa às EPR, estas estão sujeitas ao cumprimento da LCPA. De mencionar, ainda, que o controlo da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas

⁴ Celebrado com a União Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu.

⁵ Conforme decorre do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

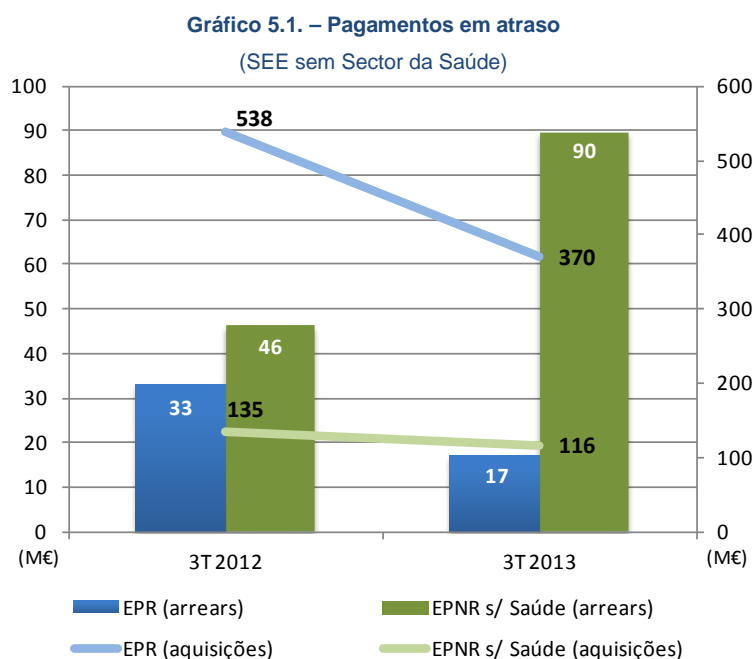
⁶ Abarca as entidades inseridas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ou seja, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

⁷ Alínea e) do Artigo 3.º da LCPA.

⁸ Pela sua especificidade e dimensão, o Sector da Saúde é analisado autonomamente.

orçamentais do PAEF, sendo a não acumulação⁹ de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF.

No período em análise, entre as EPR observou-se uma redução de cerca de 15,7 M€, destacando-se o contributo do Metropolitano de Lisboa, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 9,6 M€ para 1,4 M€. Deve ser ressaltado que o montante registado em 2012 resulta, em primeiro lugar, de dificuldades com a aplicação das regras emanadas pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) relativas aos pagamentos em atraso¹⁰ e, em segundo lugar, de constrangimentos de tesouraria. A conjugação desses efeitos originou um acumular dos pagamentos em atraso, situação essa que começou ser regularizada através da efetiva implementação das regras que visam a redução dos pagamentos em atraso, bem como através da aprovação do orçamento retificativo, em dezembro de 2012, que permitiu, mediante alteração orçamental, um reforço das verbas destinadas ao pagamento de despesas com a aquisição de bens e serviços.



No Sector da Saúde assistiu-se, também, a um aumento do volume dos pagamentos em atraso em 217,8 M€, tendo passado de 1.044,0 M€ para 1.261,8 M€. Para esta evolução contribuíram, essencialmente, o CH Lisboa Norte (+63,4 M€), o CH Setúbal (+35,4 M€), o CH Lisboa Central (+22,5 M€), a ULS Nordeste (+21,6 M€) e o CH Lisboa Ocidental (+19,4 M€), pelo efeito conjugado

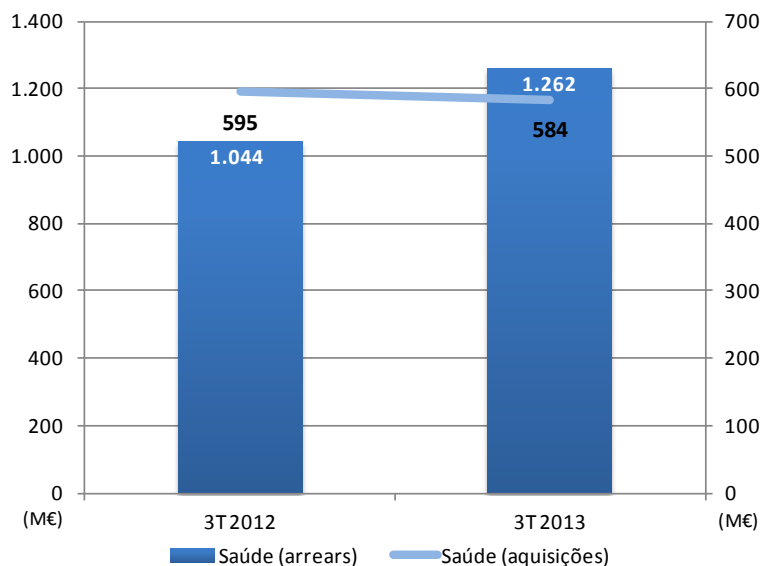
⁹ Note-se que neste capítulo apenas se irá comparar o trimestre em análise com o período homólogo do ano anterior.

¹⁰ A Circular n.º 1368, Série A, da DGO, de 9 de setembro de 2011, estabeleceu as instruções relativas aos cabimentos, compromissos e pagamentos em atraso.

da redução dos pagamentos pela produção efetuada, bem como do acréscimo de custos resultante do pagamento do subsídio de férias, uma vez que os orçamentos dos hospitais não foram reforçados com os montantes correspondentes.

Merece assinalar-se, ainda, a evolução favorável decorrente da redução no volume dos pagamentos em atraso verificada nas entidades CH S. João (-30,1 M€), CH Porto (-19,9 M€), CH Universitário de Coimbra (-13,5 M€), IPO Porto (-3,1 M€) e CH Médio Ave (-2 M€), essencialmente consequência do programa de regularização de dívidas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que permitiu regularizar valores em dívida e negociar prazos de pagamento mais favoráveis com os maiores fornecedores dos hospitais. Para essa evolução também contribuiu o prosseguimento de políticas de contenção de gastos.

Gráfico 5.2. – Pagamentos em atraso
(Sector da Saúde)

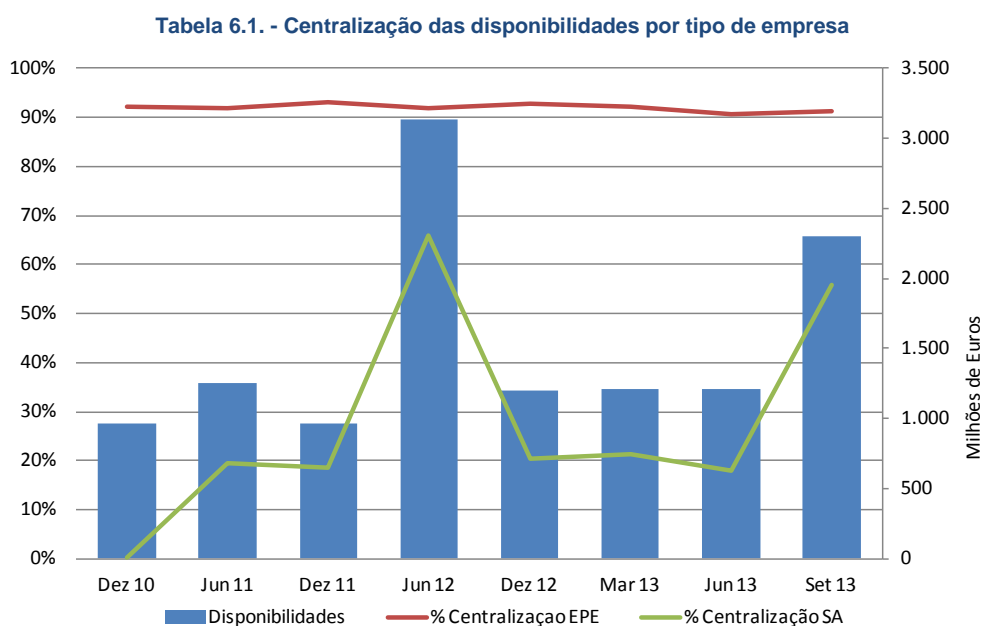


Fonte: ACSS

6. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática, informação junto das EPNF detidas diretamente pela DGTF.

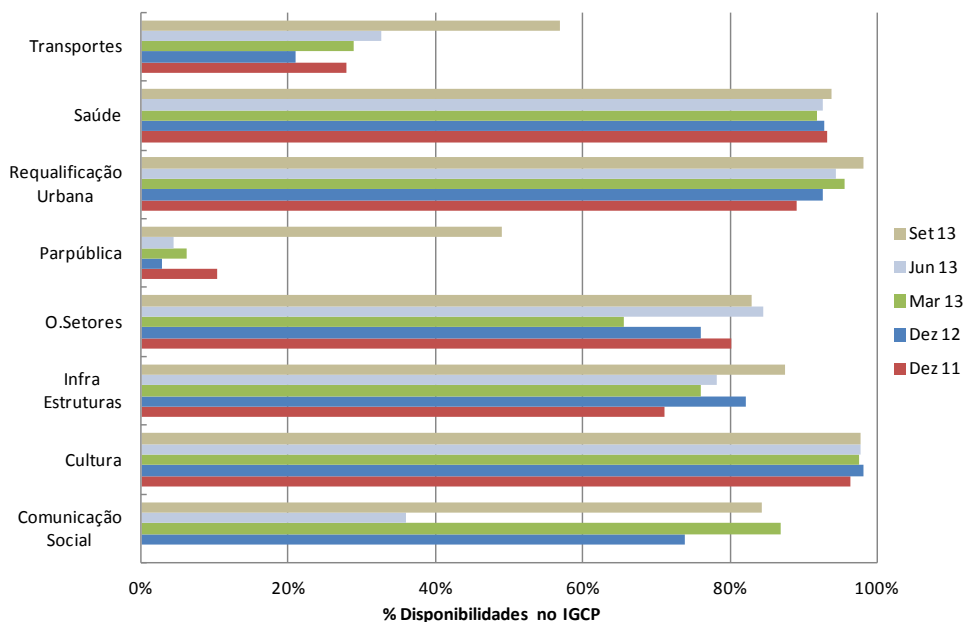


Fonte: SIRIEF

As EPE têm apresentado uma taxa de centralização relativamente estável, na ordem dos 91%. No entanto, no 3.º trimestre de 2013, verificou-se uma quebra na taxa de centralização das disponibilidades para 91,1%, a qual é explicada essencialmente pelo sector dos transportes.

Apesar de no 3.º trimestre de 2013, as SA apresentarem uma taxa de centralização que ronda os 56%, face aos 18% do anterior trimestre, tal é explicado por um aumento das disponibilidades da Parública depositadas no IGCP. Note-se que no 3.º trimestre representavam 61,5% do total dos fundos depositados no IGCP.

Tabela 6.2. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade

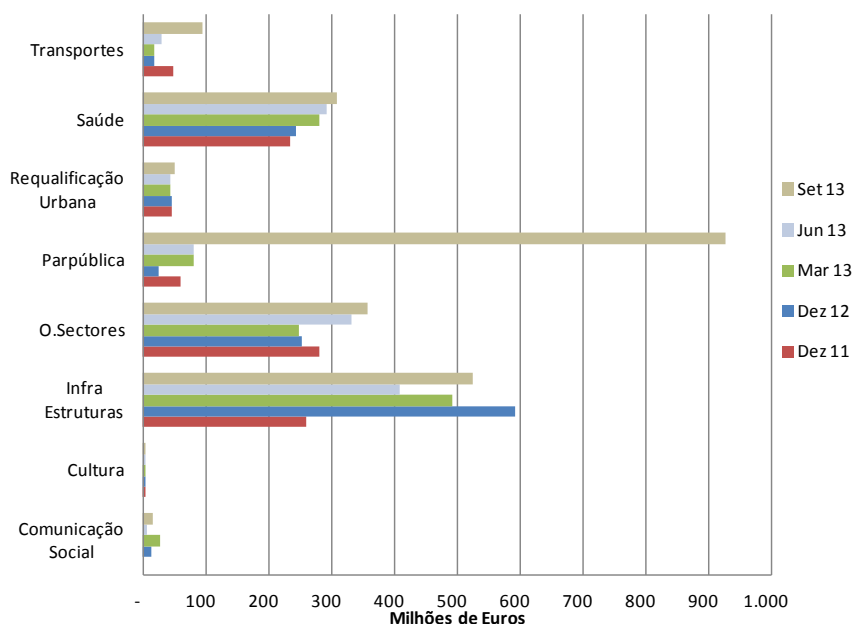


Fonte: SIRIEF

Os sectores mais expressivos em termos de cumprimento do princípio da UTE são os da Cultura, Saúde, e Requalificação Urbana e Ambiental.

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por setor de atividade, excluindo o efeito da variação das disponibilidades da Parpública, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar, EPE assume um peso significativo.

Tabela 6.3. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

ANEXOS

A – UNIVERSO SEE ANALISADO

Comunicação Social

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA¹

Cultura

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE

Teatro Nacional D. Maria II, EPE

Teatro Nacional S. João, EPE¹

Gestão de Infraestruturas

Infraestruturas Aéreas

ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal EPE

Infraestruturas Ferroviárias

REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE¹

Infraestruturas Portuárias

APA - Administração do Porto de Aveiro, SA

APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA

APL - Administração do Porto de Lisboa, SA

APS - Administração do Porto de Sines, SA

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

Infraestruturas Rodoviárias

EP - Estradas de Portugal, SA¹

Outras Infraestruturas

Docapesca - Portos e Lotas, SA

EDIA - Empresa Desenv. Infraest Alqueva, SA

Parque Escolar, EPE¹

Requalificação Urbana

CostaPolis - Soc.Des.Programa PolisCostaCaparica, SA¹

Parque Expo 98, SA

Polis Litoral Norte, SA¹

Polis Litoral Ria Aveiro, SA¹

Polis Litoral Ria Formosa, SA¹

Polis Litoral Sudoeste, SA¹

VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA¹

Transportes

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA

CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE

Metro do Mondego, SA

Metro do Porto, SA¹

Metropolitano de Lisboa, EPE¹

STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA

Transtejo - Transportes do Tejo, SA¹

Parpública

ADP - Águas de Portugal, SA

Companhia das Lezírias, SA

CTT - Correios de Portugal, SA

Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA

Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA

Sagestamo-Soc. Gest. de Participações Sociais Imob.,SGPS, SA

SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA

TAP, SA

Saúde

Centro Hospitalar Baixo Vouga, EPE

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE

Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE

Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE

Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE

Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE

Centro Hospitalar de Setúbal, EPE

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE

Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE

Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE

Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE

Centro Hospitalar do Porto, EPE

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE

Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE

Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, EPE

Centro Hospitalar São João, EPE

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE

Hospital de Magalhães Lemos, EPE

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE

Hospital Distrital de Santarém, EPE

Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE

Hospital Garcia da Orta, EPE

Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE

Hospital Santa Maria Maior, EPE

IPO - Coimbra, EPE

IPO - Lisboa, EPE

IPO - Porto, EPE

Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE

Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE

Unidade Local de Saude do Nordeste, EPE

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE

Outros Sectores

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA

EGREP - Entid.Gest.Reservas Estratég Prod.Petrolíf., EPE

EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA¹

Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SPGS, SA

SIEV - Sistema de Identif. Eletrónica de Veículos, SA¹

(1) Entidades públicas reclassificadas (EPR).

B - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro B.1 – Rendimentos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade				
	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	
Comunicação Social													
Lusa	10.706	14.630	-3.924	-26,8%	0	96	-96	-100,0%	0	0	0	-	
RTP	142.152	138.644	3.508	2,5%	31.754	55.217	-23.463	-42,5%	0	0	0	-	
<i>subtotal</i>	<i>152.858</i>	<i>153.274</i>	<i>-416</i>	<i>-0,3%</i>	<i>31.754</i>	<i>55.314</i>	<i>-23.559</i>	<i>-42,6%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	
Cultura													
<i>subtotal</i>	<i>3.483</i>	<i>3.305</i>	<i>179</i>	<i>5,4%</i>	<i>14.580</i>	<i>14.152</i>	<i>428</i>	<i>3,0%</i>	<i>240</i>	<i>119</i>	<i>121</i>	<i>101,1%</i>	
Infraestruturas													
Adm. Portuárias	107.592	105.044	2.548	2,4%	142	77	66	85,6%	58	186	-127	-68,6%	
EDIA	11.670	9.348	2.322	24,8%	323	19	303	1577,2%	14.399	34.551	-20.152	-58,3%	
Estradas de Portugal	874.419	1.409.503	-535.084	-38,0%	0	5	-5	-100,0%	0	0	0	-	
Parque Escolar	39.136	43.397	-4.262	-9,8%	0	0	0	-	1.984	3.226	-1.243	-38,5%	
REFER	75.079	75.788	-708	-0,9%	32.775	29.700	3.075	10,4%	0	0	0	-	
Outros	176.095	159.060	17.035	10,7%	240	0	240	-	480	540	-60	-11,1%	
<i>subtotal</i>	<i>1.283.991</i>	<i>1.802.140</i>	<i>-518.149</i>	<i>-28,8%</i>	<i>33.480</i>	<i>29.801</i>	<i>3.679</i>	<i>12,3%</i>	<i>16.921</i>	<i>38.503</i>	<i>-21.582</i>	<i>-56,1%</i>	
Req. Urbana e Ambiental													
Parque Expo	3.233	6.046	-2.813	-46,5%	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outros	0	0	0	-	1	0	1	-	1.431	2.224	-793	-35,7%	
<i>subtotal</i>	<i>3.233</i>	<i>6.046</i>	<i>-2.813</i>	<i>-46,5%</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>1.431</i>	<i>2.224</i>	<i>-793</i>	<i>-35,7%</i>	
Transportes													
CP	172.551	182.294	-9.743	-5,3%	25.514	26.277	-763	-2,9%	0	0	0	-	
Metropolitano de Lisboa	62.787	51.605	11.182	21,7%	33.870	34.710	-840	-2,4%	52	52	0	-0,5%	
Metro do Porto	37.332	50.137	-12.805	-25,5%	8.652	8.652	0	0,0%	0	0	0	-	
STCP	34.993	38.340	-3.347	-8,7%	7.658	8.056	-398	-4,9%	0	20	-20	-99,8%	
Carris	66.132	63.411	2.720	4,3%	15.604	17.781	-2.178	-12,2%	101	97	3	3,4%	
Outros	11.231	11.465	-234	-2,0%	5.741	380	5.361	1411,4%	469	451	18	4,0%	
<i>subtotal</i>	<i>385.026</i>	<i>397.253</i>	<i>-12.227</i>	<i>-3,1%</i>	<i>97.039</i>	<i>95.856</i>	<i>1.183</i>	<i>1,2%</i>	<i>622</i>	<i>621</i>	<i>1</i>	<i>0,2%</i>	
Outros													
EGREP	28.375	27.363	1.012	3,7%	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outros	54.539	73.811	-19.272	-26,1%	0	0	0	-	634	529	105	19,8%	
<i>subtotal</i>	<i>82.914</i>	<i>101.174</i>	<i>-18.260</i>	<i>-18,0%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>634</i>	<i>529</i>	<i>105</i>	<i>19,8%</i>	
Empresas Parpública													
Parpública	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
ADP - Águas de Portugal	8.430	7.973	457	5,7%	0	0	0	-	0	0	0	-	
CTT	387.186	396.423	-9.237	-2,3%	0	0	0	-	209	234	-25	-10,5%	
Sagestamo	748	801	-53	-6,6%	0	0	0	-	0	0	0	-	
TAP SA	1.825.801	1.783.591	42.210	2,4%	2.755	2.955	-200	-6,8%	3.115	-596	3.711	622,3%	
Outros	61.893	65.618	-3.725	-5,7%	1.395	3.428	-2.033	-59,3%	-1.217	-1.437	220	15,3%	
<i>subtotal</i>	<i>2.284.059</i>	<i>2.254.405</i>	<i>29.653</i>	<i>1,3%</i>	<i>4.150</i>	<i>6.383</i>	<i>-2.233</i>	<i>-35,0%</i>	<i>2.107</i>	<i>-1.799</i>	<i>3.906</i>	<i>217,1%</i>	
Total SEE (sem sector da Saúde)	4.195.565	4.717.597	-522.032	-11,1%	181.004	201.506	-20.502	-10,2%	21.955	40.197	-18.242	-45,4%	

Fonte: SIRIEF e empresas

(continuação)

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Saúde												
CH de Lisboa Norte	217.059	236.697	-19.638	-8,3%	0	24	-24	-100,0%	0	0	0	-
CH de Lisboa Ocidental	128.827	139.087	-10.260	-7,4%	94	3	91	2688,0%	0	0	0	-
CH do Porto	155.349	166.481	-11.132	-6,7%	0	0	0	-	0	0	0	-
CH e Universitário de Coimbra	269.410	259.215	10.195	3,9%	26	14	12	86,0%	0	0	0	-
CH São João	217.215	220.749	-3.533	-1,6%	6	37	-31	-82,6%	0	0	0	-
Outros	1.658.234	1.705.083	-46.849	-2,7%	1.949	3.193	-1.244	-39,0%	0	0	0	-
Total sector da Saúde*	2.646.094	2.727.312	-81.218	-3,0%	3.088	10.080	-6.992	-69,4%	0	0	0	-
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013												
CH Baixo Vouga	44.399	-	-	-	236	-	-	-	0	-	-	-
CH de Lisboa Central	259.235	-	-	-	93	-	-	-	0	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	39.931	-	-	-	45	-	-	-	0	-	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.2 – Gastos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social												
Lusa	8.281	7.421	860	11,6%	2.806	3.174	-367	-11,6%	54	58	-4	-6,8%
RTP	62.429	62.886	-457	-0,7%	26.093	31.006	-4.914	-15,8%	48.499	73.532	-25.033	-34,0%
<i>subtotal</i>	<i>70.711</i>	<i>70.307</i>	<i>404</i>	<i>0,6%</i>	<i>28.899</i>	<i>34.180</i>	<i>-5.281</i>	<i>-15,5%</i>	<i>48.553</i>	<i>73.590</i>	<i>-25.037</i>	<i>-34,0%</i>
Cultura												
<i>subtotal</i>	<i>13.515</i>	<i>11.815</i>	<i>1.699</i>	<i>14,4%</i>	<i>4.755</i>	<i>5.216</i>	<i>-461</i>	<i>-8,8%</i>	<i>20</i>	<i>23</i>	<i>-3</i>	<i>-14,7%</i>
Infraestruturas												
Adm. Portuárias	37.386	30.829	6.557	21,3%	17.532	17.700	-169	-1,0%	2.142	1.942	200	10,3%
EDIA	4.919	3.957	962	24,3%	17.183	36.210	-19.026	-52,5%	0	3	-3	-100,0%
Estradas de Portugal	26.749	24.510	2.239	9,1%	121.443	138.889	-17.445	-12,6%	346.875	817.283	-470.409	-57,6%
Parque Escolar	7.146	7.290	-145	-2,0%	3.943	5.118	-1.175	-23,0%	0	0	0	-
REFER	67.741	57.136	10.605	18,6%	63.841	59.497	4.344	7,3%	5.480	3.442	2.037	59,2%
Outros	117.807	92.980	24.827	26,7%	24.058	23.309	749	3,2%	1.905	2.100	-195	-9,3%
<i>subtotal</i>	<i>261.747</i>	<i>216.702</i>	<i>45.045</i>	<i>20,8%</i>	<i>248.001</i>	<i>280.723</i>	<i>-32.722</i>	<i>-11,7%</i>	<i>356.402</i>	<i>824.771</i>	<i>-468.369</i>	<i>-56,8%</i>
Req. Urbana e Ambiental												
Parque Expo	5.024	4.709	315	6,7%	2.066	2.282	-216	-9,5%	134	1.472	-1.337	-90,9%
Outros	144	151	-8	-5,0%	2.406	2.425	-19	-0,8%	0	0	0	-
<i>subtotal</i>	<i>5.168</i>	<i>4.860</i>	<i>307</i>	<i>6,3%</i>	<i>4.472</i>	<i>4.706</i>	<i>-234</i>	<i>-5,0%</i>	<i>134</i>	<i>1.472</i>	<i>-1.337</i>	<i>-90,9%</i>
Transportes												
CP	75.498	62.919	12.579	20,0%	124.215	124.964	-749	-0,6%	6.479	7.133	-654	-9,2%
Metropolitano de Lisboa	53.572	53.036	536	1,0%	22.528	17.609	4.919	27,9%	1.352	1.777	-425	-23,9%
Metro do Porto	3.657	3.270	387	11,8%	41.630	57.348	-15.719	-27,4%	0	0	0	-
STCP	24.494	23.430	1.064	4,5%	18.824	23.288	-4.464	-19,2%	954	1.004	-49	-4,9%
Carris	48.901	50.973	-2.072	-4,1%	14.394	15.361	-966	-6,3%	14.170	15.515	-1.345	-8,7%
Outros	9.930	9.384	547	5,8%	6.521	7.053	-532	-7,5%	6.651	7.524	-873	-11,6%
<i>subtotal</i>	<i>216.051</i>	<i>203.011</i>	<i>13.040</i>	<i>6,4%</i>	<i>228.112</i>	<i>245.623</i>	<i>-17.511</i>	<i>-7,1%</i>	<i>29.606</i>	<i>32.953</i>	<i>-3.347</i>	<i>-10,2%</i>
ANCP	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-
EGREP	248	160	88	55,3%	16.019	16.515	-496	-3,0%	0	0	0	-
Outros	26.875	24.493	2.382	9,7%	39.663	52.792	-13.129	-24,9%	1.797	1.379	419	30,4%
<i>subtotal</i>	<i>27.124</i>	<i>24.653</i>	<i>2.471</i>	<i>10,0%</i>	<i>55.682</i>	<i>69.307</i>	<i>-13.625</i>	<i>-19,7%</i>	<i>1.797</i>	<i>1.379</i>	<i>419</i>	<i>30,4%</i>
Empresas Parpública												
Parpública	1.410	1.260	150	11,9%	1.710	1.826	-116	-6,3%	0	0	0	-
ADP - Águas de Portugal	3.302	3.006	296	9,9%	3.262	4.626	-1.364	-29,5%	0	0	0	-
CTT	206.418	220.558	-14.140	-6,4%	115.121	123.810	-8.690	-7,0%	9.420	11.289	-1.869	-16,6%
Sagestamo	770	684	85	12,5%	489	506	-17	-3,3%	0	0	0	-
TAP SA	346.730	306.828	39.902	13,0%	1.316.389	1.352.269	-35.881	-2,7%	65.699	58.741	6.958	11,8%
Outros	18.361	17.844	516	2,9%	11.856	11.615	241	2,1%	15.124	16.932	-1.807	-10,7%
<i>subtotal</i>	<i>576.991</i>	<i>550.181</i>	<i>26.810</i>	<i>4,9%</i>	<i>1.448.826</i>	<i>1.494.652</i>	<i>-45.827</i>	<i>-3,1%</i>	<i>90.243</i>	<i>86.962</i>	<i>3.282</i>	<i>3,8%</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	1.171.306	1.081.529	89.777	8,3%	2.018.746	2.134.407	-115.661	-5,4%	526.756	1.021.149	-494.393	-48,4%

Fonte: SIRIEF e empresas

(continuação)

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Saúde												
CH de Lisboa Norte	136.381	133.235	3.146	2,4%	43.210	43.499	-289	-0,7%	133.814	139.316	-5.502	-3,9%
CH de Lisboa Ocidental	76.725	69.993	6.732	9,6%	20.014	22.262	-2.248	-10,1%	59.422	61.572	-2.150	-3,5%
CH do Porto	89.714	82.707	7.007	8,5%	16.503	20.206	-3.703	-18,3%	83.431	82.520	911	1,1%
CH e Universitário de Coimbra	172.137	157.194	14.943	9,5%	34.107	33.033	1.074	3,3%	106.799	110.294	-3.495	-3,2%
CH São João	117.431	108.676	8.755	8,1%	26.157	26.747	-590	-2,2%	93.678	99.347	-5.669	-5,7%
Outros	1.035.179	938.741	96.438	10,3%	338.389	354.986	-16.597	-4,7%	470.896	485.804	-14.908	-3,1%
Total sector da Saúde*	1.627.567	1.490.546	137.021	9,2%	478.381	500.733	-22.352	-4,5%	948.041	978.854	-30.812	-3,1%
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013												
CH Baixo Vouga	33.447	-	-	-	8.314	-	-	-	14.277	-	-	-
CH de Lisboa Central	156.137	-	-	-	38.981	-	-	-	111.592	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	16.477	-	-	-	10.963	-	-	-	5.304	-	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.3.1 – Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA

	Unid: Milhares de euros				Margem EBITDA		
	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
Comunicação Social							
Lusa	-388	3.938	-4.326	-109,9%	-3,6%	26,9%	-30,5
RTP	25.686	24.862	824	3,3%	18,1%	17,9%	0,1
<i>subtotal</i>	25.297	28.799	-3.502	-12,2%	16,5%	18,8%	-2,2
Cultura							
<i>subtotal</i>	-193	358	-550	-153,9%	-5,5%	10,8%	-16,4
Infraestruturas							
Adm. Portuárias	81.667	79.047	2.620	3,3%	75,9%	75,3%	0,7
EDIA	5.840	5.702	137	2,4%	50,0%	61,0%	-11,0
Estradas de Portugal	411.804	438.573	-26.769	-6,1%	47,1%	31,1%	16,0
Parque Escolar	59.830	61.491	-1.661	-2,7%	152,9%	141,7%	11,2
REFER	-36.244	-11.091	-25.153	-226,8%	-48,3%	-14,6%	-33,6
Outros	28.324	34.778	-6.454	-18,6%	16,1%	21,9%	-5,8
<i>subtotal</i>	551.221	608.500	-57.279	-9,4%	42,9%	33,8%	9,2
Req. Urbana e Ambiental							
Parque Expo	-3.124	-949	-2.175	-229,1%	-96,6%	-15,7%	-80,9
Outros	-120	-18	-102	-556,5%	-	-	-
<i>subtotal</i>	-3.244	-968	-2.276	-235,2%	-100,3%	-16,0%	-84,3
Transportes							
CP	47.653	13.602	34.050	250,3%	27,6%	7,5%	20,2
Metropolitano de Lisboa	18.305	4.432	13.873	313,1%	29,2%	8,6%	20,6
Metro do Porto	-4.374	-195.364	190.989	97,8%	-11,7%	-389,7%	377,9
STCP	-415	-1.134	720	63,4%	-1,2%	-3,0%	1,8
Carris	5.769	1.225	4.544	371,0%	8,7%	1,9%	6,8
Outros	-5.192	-11.069	5.877	53,1%	-46,2%	-96,5%	50,3
<i>subtotal</i>	61.745	-188.309	250.054	132,8%	16,0%	-47,4%	63,4
Outros							
EGREP	11.310	10.934	375	3,4%	39,9%	40,0%	-0,1
Outros	-8.072	700	-8.772	-1252,9%	-14,8%	0,9%	-15,7
<i>subtotal</i>	3.238	11.634	-8.397	-72,2%	3,9%	11,5%	-7,6
Empresas Parpública							
Parpública	583.962	843.896	-259.934	-30,8%	-	-	-
ADP - Águas de Portugal	1.784	1.069	715	66,9%	21,2%	13,4%	7,8
CTT	85.521	68.122	17.400	25,5%	22,1%	17,2%	4,9
Sagestamo	-528	-383	-145	-37,9%	-70,6%	-47,8%	-22,7
TAP SA	104.571	90.777	13.794	15,2%	5,7%	5,1%	0,6
Outros	25.077	25.806	-728	-2,8%	40,5%	39,3%	1,2
<i>subtotal</i>	800.388	1.029.287	-228.899	-22,2%	35,0%	45,7%	-10,6
Total SEE (sem sector da Saúde)	1.438.453	1.489.302	-50.849	-3,4%	34,3%	31,6%	2,7
Saúde							
CH de Lisboa Norte	-80.307	-54.373	-25.934	-47,7%	-37,0%	-23,0%	-14,0
CH de Lisboa Ocidental	-15.095	-6.127	-8.968	-146,4%	-11,7%	-4,4%	-7,3
CH do Porto	-18.900	-10.286	-8.613	-83,7%	-12,2%	-6,2%	-6,0
CH e Universitário de Coimbra	-29.374	-29.978	603	2,0%	-10,9%	-11,6%	0,7
CH São João	-2.239	635	-2.874	-452,9%	-1,0%	0,3%	-1,3
Outros	-130.087	-28.756	-101.331	-352,4%	-7,8%	-1,7%	-6,2
Total sector da Saúde*	-276.002	-128.886	-147.116	-114,1%	-10,4%	-4,7%	-5,7
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013							
CH Baixo Vouga	-9.835	-	-	-	-22,2%	-	-
CH de Lisboa Central	-32.868	-	-	-	-12,7%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	7.304	-	-	-	18,3%	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.3.2 – Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA sem justo valor

	Unid: Milhares de euros				Margem EBITDA		
	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
Comunicação Social							
Lusa	-388	3.938	-4.326	-109,9%	-3,6%	26,9%	-30,5
RTP	25.686	24.862	824	3,3%	18,1%	17,9%	0,1
<i>subtotal</i>	<i>25.297</i>	<i>28.799</i>	<i>-3.502</i>	<i>-12,2%</i>	<i>16,5%</i>	<i>18,8%</i>	<i>-2,2</i>
Cultura							
<i>subtotal</i>	<i>-193</i>	<i>358</i>	<i>-550</i>	<i>-153,9%</i>	<i>-5,5%</i>	<i>10,8%</i>	<i>-16,4</i>
Infraestruturas							
Adm. Portuárias	81.667	79.047	2.620	3,3%	75,9%	75,3%	0,7
EDIA	5.840	5.702	137	2,4%	50,0%	61,0%	-11,0
Estradas de Portugal	411.804	438.573	-26.769	-6,1%	47,1%	31,1%	16,0
Parque Escolar	59.830	61.491	-1.661	-2,7%	152,9%	141,7%	11,2
REFER	-36.244	-11.091	-25.153	-226,8%	-48,3%	-14,6%	-33,6
Outros	28.324	34.778	-6.454	-18,6%	16,1%	21,9%	-5,8
<i>subtotal</i>	<i>551.221</i>	<i>608.500</i>	<i>-57.279</i>	<i>-9,4%</i>	<i>42,9%</i>	<i>33,8%</i>	<i>9,2</i>
Req. Urbana e Ambiental							
Parque Expo	-3.124	-949	-2.175	-229,1%	-96,6%	-15,7%	-80,9
Outros	-120	-18	-102	-556,5%	-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>-3.244</i>	<i>-968</i>	<i>-2.276</i>	<i>-235,2%</i>	<i>-100,3%</i>	<i>-16,0%</i>	<i>-84,3</i>
Transportes							
CP	-14.368	22.995	-37.363	-162,5%	-8,3%	12,6%	-20,9
Metropolitano de Lisboa	20.251	22.732	-2.481	-10,9%	32,3%	44,1%	-11,8
Metro do Porto	-21.509	-30.762	9.253	30,1%	-57,6%	-61,4%	3,7
STCP	-415	-1.134	720	63,4%	-1,2%	-3,0%	1,8
Carris	5.769	1.225	4.544	371,0%	8,7%	1,9%	6,8
Outros	-5.192	-11.069	5.877	53,1%	-46,2%	-96,5%	50,3
<i>subtotal</i>	<i>-15.464</i>	<i>3.986</i>	<i>-19.450</i>	<i>-488,0%</i>	<i>-4,0%</i>	<i>1,0%</i>	<i>-5,0</i>
Outros							
EGREP	11.310	10.934	375	3,4%	39,9%	40,0%	-0,1
Outros	-8.072	700	-8.772	-1252,9%	-14,8%	0,9%	-15,7
<i>subtotal</i>	<i>3.238</i>	<i>11.634</i>	<i>-8.397</i>	<i>-72,2%</i>	<i>3,9%</i>	<i>11,5%</i>	<i>-7,6</i>
Empresas Parpública							
Parpública	572.811	799.658	-226.846	-28,4%	-	-	-
ADP - Águas de Portugal	1.784	1.069	715	66,9%	21,2%	13,4%	7,8
CTT	85.521	68.122	17.400	25,5%	22,1%	17,2%	4,9
Sagestamo	-528	-383	-145	-37,9%	-70,6%	-47,8%	-22,7
TAP SA	104.571	90.777	13.794	15,2%	5,7%	5,1%	0,6
Outros	23.718	25.321	-1.603	-6,3%	38,3%	38,6%	-0,3
<i>subtotal</i>	<i>787.878</i>	<i>984.564</i>	<i>-196.686</i>	<i>-20,0%</i>	<i>34,5%</i>	<i>43,7%</i>	<i>-9,2</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	1.348.734	1.636.516	-287.782	-17,6%	32,1%	34,7%	-2,5
Saúde							
CH de Lisboa Norte	-80.307	-54.373	-25.934	-47,7%	-37,0%	-23,0%	-14,0
CH de Lisboa Ocidental	-15.095	-6.127	-8.968	-146,4%	-11,7%	-4,4%	-7,3
CH do Porto	-18.900	-10.286	-8.613	-83,7%	-12,2%	-6,2%	-6,0
CH e Universitário de Coimbra	-29.374	-29.978	603	2,0%	-10,9%	-11,6%	0,7
CH São João	-2.239	635	-2.874	-452,9%	-1,0%	0,3%	-1,3
Outros	-130.087	-28.756	-101.331	-352,4%	-7,8%	-1,7%	-6,2
Total sector da Saúde*	-276.002	-128.886	-147.116	-114,1%	-10,4%	-4,7%	-5,7
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013							
CH Baixo Vouga	-9.835	-	-	-	-22,2%	-	-
CH de Lisboa Central	-32.868	-	-	-	-12,7%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	7.304	-	-	-	18,3%	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.4 – Resultados Operacionais

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social				
Lusa	-702	3.623	-4.325	-119,4%
RTP	20.743	20.083	660	3,3%
<i>subtotal</i>	<i>20.041</i>	<i>23.706</i>	<i>-3.665</i>	<i>-15,5%</i>
Cultura				
<i>subtotal</i>	<i>-644</i>	<i>-144</i>	<i>-501</i>	<i>-348,6%</i>
Infraestruturas				
Adm. Portuárias	37.003	37.578	-576	-1,5%
EDIA	-8.566	-10.371	1.805	17,4%
Estradas de Portugal	260.624	282.915	-22.291	-7,9%
Parque Escolar	16.676	21.862	-5.186	-23,7%
REFER	-38.238	-13.398	-24.840	-185,4%
Outros	15.342	22.291	-6.949	-31,2%
<i>subtotal</i>	<i>282.842</i>	<i>340.878</i>	<i>-58.036</i>	<i>-17,0%</i>
Req. Urbana e Ambiental				
Parque Expo	-2.673	-4.040	1.367	33,8%
Outros	-149	-55	-94	-171,9%
<i>subtotal</i>	<i>-2.822</i>	<i>-4.095</i>	<i>1.273</i>	<i>31,1%</i>
Transportes				
CP	-4.675	-41.206	36.531	88,7%
Metropolitano de Lisboa	-2.025	-15.573	13.548	87,0%
Metro do Porto	-48.663	-238.364	189.701	79,6%
STCP	-4.760	-5.465	705	12,9%
Carris	-8.215	-12.738	4.524	35,5%
Outros	-7.783	-14.420	6.637	46,0%
<i>subtotal</i>	<i>-76.121</i>	<i>-327.766</i>	<i>251.646</i>	<i>76,8%</i>
Outros				
EGREP	11.308	10.929	379	3,5%
Outros	-10.596	-1.808	-8.788	-486,1%
<i>subtotal</i>	<i>712</i>	<i>9.121</i>	<i>-8.409</i>	<i>-92,2%</i>
Empresas Parpública				
Parpública	583.929	843.838	-259.909	-30,8%
ADP - Águas de Portugal	1.784	-305	2.089	684,5%
CTT	69.399	53.832	15.567	28,9%
Sagestamo	-587	-441	-146	-33,2%
TAP SA	28.328	13.221	15.107	114,3%
Outros	20.350	20.866	-517	-2,5%
<i>subtotal</i>	<i>703.202</i>	<i>931.011</i>	<i>-227.809</i>	<i>-24,5%</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	927.210	972.712	-45.501	-4,7%
Saúde				
CH de Lisboa Norte	-89.696	-64.068	-25.629	-40,0%
CH de Lisboa Ocidental	-21.038	-12.932	-8.106	-62,7%
CH do Porto	-23.117	-15.323	-7.794	-50,9%
CH e Universitário de Coimbra	-36.663	-38.221	1.558	4,1%
CH São João	-10.101	-8.820	-1.281	-14,5%
Outros	-196.327	-96.331	-99.996	-103,8%
Total sector da Saúde*	-376.942	-235.695	-141.246	-59,9%
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013				
CH Baixo Vouga	-12.014	-	-	-
CH de Lisboa Central	-42.846	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	7.111	-	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.5 – Resultados Financeiros

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social				
Lusa	-17	-88	71	80,6%
RTP	-2.987	-10.384	7.397	71,2%
<i>subtotal</i>	<i>-3.004</i>	<i>-10.472</i>	<i>7.468</i>	<i>71,3%</i>
Cultura				
<i>subtotal</i>	<i>-8</i>	<i>0</i>	<i>-8</i>	<i>-11457,9%</i>
Infraestruturas				
Adm. Portuárias	-4.113	-3.901	-212	-5,4%
EDIA	-4.860	-6.411	1.550	24,2%
Estradas de Portugal	-239.284	-234.289	-4.995	-2,1%
Parque Escolar	-21.833	-25.993	4.160	16,0%
REFER	-37.971	-56.691	18.720	33,0%
Outros	-2.595	-2.798	203	7,3%
<i>subtotal</i>	<i>-310.655</i>	<i>-330.082</i>	<i>19.427</i>	<i>5,9%</i>
Req. Urbana e Ambiental				
Parque Expo	-7.957	-9.005	1.048	11,6%
Outros	88	318	-230	-72,3%
<i>subtotal</i>	<i>-7.869</i>	<i>-8.687</i>	<i>818</i>	<i>9,4%</i>
Transportes				
CP	-161.844	-139.608	-22.237	-15,9%
Metropolitano de Lisboa	-35.729	-53.467	17.737	33,2%
Metro do Porto	-1.641	-147.231	145.590	98,9%
STCP	-4.254	-51.197	46.943	91,7%
Carris	-34.958	-29.827	-5.131	-17,2%
Outros	-6.080	-6.828	748	11,0%
<i>subtotal</i>	<i>-244.507</i>	<i>-428.157</i>	<i>183.651</i>	<i>42,9%</i>
Outros				
EGREP	-124.732	-11.822	-112.909	-955,1%
Outros	106	441	-335	-76,0%
<i>subtotal</i>	<i>-124.626</i>	<i>-11.381</i>	<i>-113.245</i>	<i>-995,0%</i>
Empresas Parpública				
Parpública	-183.169	-171.916	-11.253	-6,5%
ADP - Águas de Portugal	71.394	40.264	31.130	77,3%
CTT	-8.294	11.014	-19.309	-175,3%
Sagestamo	1.499	2.006	-507	-25,3%
TAP SA	-19.046	-20.934	1.887	9,0%
Outros	65	-152	217	142,6%
<i>subtotal</i>	<i>-137.552</i>	<i>-139.718</i>	<i>2.166</i>	<i>1,6%</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	-828.221	-928.498	100.277	10,8%
Saúde				
CH de Lisboa Norte	987	918	69	7,5%
CH de Lisboa Ocidental	294	1.719	-1.425	-82,9%
CH do Porto	-8	23	-31	-134,5%
CH e Universitário de Coimbra	-161	450	-611	-135,7%
CH São João	281	6	275	4584,9%
Outros	-1.125	1.022	-2.147	-210,1%
Total sector da Saúde*	268	4.138	-3.870	-93,5%
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013				
CH Baixo Vouga	-211	-	-	-
CH de Lisboa Central	-1.296	-	-	-
ULS do Nordeste	-282	-	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.6 – Resultados Líquidos

Unid: Milhares de euros

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social				
Lusa	-625	2.701	-3.327	-123,2%
RTP	17.756	9.700	8.057	83,1%
<i>subtotal</i>	<i>17.131</i>	<i>12.401</i>	<i>4.730</i>	<i>38,1%</i>
Cultura				
<i>subtotal</i>	<i>-652</i>	<i>-144</i>	<i>-509</i>	<i>-353,9%</i>
Infraestruturas				
Adm. Portuárias	23.705	26.790	-3.085	-11,5%
EDIA	-12.039	-17.395	5.356	30,8%
Estradas de Portugal	14.658	22.579	-7.922	-35,1%
Parque Escolar	-5.157	-4.131	-1.026	-24,8%
REFER	-52.828	-70.089	17.261	24,6%
Outros	9.874	17.093	-7.218	-42,2%
<i>subtotal</i>	<i>-21.786</i>	<i>-25.152</i>	<i>3.366</i>	<i>13,4%</i>
Req. Urbana e Ambiental				
Parque Expo	-10.630	-13.045	2.415	18,5%
Outros	-60	263	-324	-123,0%
<i>subtotal</i>	<i>-10.690</i>	<i>-12.782</i>	<i>2.092</i>	<i>16,4%</i>
Transportes				
CP	-166.519	-180.814	14.294	7,9%
Metropolitano de Lisboa	-37.754	-69.040	31.285	45,3%
Metro do Porto	-50.304	-385.595	335.291	87,0%
STCP	-9.054	-56.704	47.650	84,0%
Carris	-43.172	-42.565	-607	-1,4%
Outros	-13.861	-21.244	7.384	34,8%
<i>subtotal</i>	<i>-320.665</i>	<i>-755.962</i>	<i>435.297</i>	<i>57,6%</i>
Outros				
EGREP	-113.423	-893	-112.530	-12598,6%
Outros	-11.185	-1.622	-9.562	-589,4%
<i>subtotal</i>	<i>-124.608</i>	<i>-2.516</i>	<i>-122.092</i>	<i>-4853,2%</i>
Empresas Parpública				
Parpública	376.927	671.914	-294.987	-43,9%
ADP - Águas de Portugal	67.887	39.937	27.950	70,0%
CTT	45.169	48.163	-2.993	-6,2%
Sagestamo	638	1.096	-457	-41,8%
TAP SA	8.538	-9.698	18.236	188,0%
Outros	14.224	12.666	1.559	12,3%
<i>subtotal</i>	<i>513.384</i>	<i>764.077</i>	<i>-250.693</i>	<i>-32,8%</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	52.113	-20.078	72.191	359,6%
Saúde				
CH de Lisboa Norte	-90.582	-66.076	-24.507	-37,1%
CH de Lisboa Ocidental	-22.661	-7.739	-14.922	-192,8%
CH do Porto	-23.148	-15.579	-7.570	-48,6%
CH e Universitário de Coimbra	-34.947	-38.134	3.187	8,4%
CH São João	-8.964	-8.767	-197	-2,2%
Outros	-161.204	-77.528	-83.676	-107,9%
Total sector da Saúde*	-341.507	-213.823	-127.684	-59,7%
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013				
CH Baixo Vouga	-11.759	-	-	-
CH de Lisboa Central	-40.901	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	7.245	-	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

C - ANÁLISE PATRIMONIAL

Quadro C.1 – Ativo e Passivo

Unid: Milhares de euros

	Ativo			Passivo		
	3.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	3.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12
Comunicação Social						
Lusa	13.310	14.267	-956	7.095	7.426	-331
RTP	356.195	361.609	-5.414	421.801	444.945	-23.144
<i>subtotal</i>	<i>369.505</i>	<i>375.876</i>	<i>-6.371</i>	<i>428.896</i>	<i>452.371</i>	<i>-23.475</i>
Cultura						
<i>subtotal</i>	<i>8.481</i>	<i>8.811</i>	<i>-329</i>	<i>8.868</i>	<i>8.510</i>	<i>358</i>
Infraestruturas						
Adm. Portuárias	1.808.916	1.803.093	5.823	582.873	580.366	2.507
EDIA	667.390	988.369	-320.979	1.002.964	1.450.730	-447.766
Estradas de Portugal	19.891.258	19.015.533	875.726	18.927.418	18.066.350	861.068
Parque Escolar	2.394.266	2.376.540	17.727	1.560.094	1.543.434	16.660
REFER	5.383.132	5.266.452	116.680	7.320.218	7.150.710	169.508
Outros	568.124	561.072	7.052	468.259	465.466	2.793
<i>subtotal</i>	<i>30.713.087</i>	<i>30.011.059</i>	<i>702.028</i>	<i>29.861.827</i>	<i>29.257.056</i>	<i>604.770</i>
Req. Urbana e Ambiental						
Parque Expo	162.555	174.150	-11.595	258.006	259.269	-1.263
Outros	352.124	343.868	8.257	92.360	90.729	1.630
<i>subtotal</i>	<i>514.679</i>	<i>518.018</i>	<i>-3.338</i>	<i>350.366</i>	<i>349.999</i>	<i>367</i>
Transportes						
CP	1.039.164	1.058.957	-19.793	4.210.071	4.055.011	155.060
Metropolitano de Lisboa	4.768.113	4.918.075	-149.962	5.723.455	5.826.759	-103.304
Metro do Porto	2.286.776	2.340.731	-53.955	4.079.829	4.079.290	539
STCP	95.755	93.958	1.797	512.528	501.598	10.931
Carris	121.819	132.002	-10.183	1.030.922	997.893	33.029
Outros	118.288	116.164	2.124	258.480	243.778	14.702
<i>subtotal</i>	<i>8.429.916</i>	<i>8.659.887</i>	<i>-229.971</i>	<i>15.815.284</i>	<i>15.704.328</i>	<i>110.956</i>
Outros						
EGREP	394.944	390.912	4.033	486.321	369.989	116.332
Outros	719.715	677.562	42.153	361.545	308.136	53.410
<i>subtotal</i>	<i>1.114.659</i>	<i>1.068.473</i>	<i>46.186</i>	<i>847.867</i>	<i>678.125</i>	<i>169.742</i>
Empresas Parpública						
Parpública	8.331.585	8.347.403	-15.819	5.493.761	5.836.506	-342.746
ADP - Águas de Portugal	1.232.303	1.220.668	11.635	642.559	681.166	-38.607
CTT	1.143.225	1.039.155	104.070	881.441	767.009	114.432
Sagestamo	1.378.100	1.427.083	-48.982	442.481	492.101	-49.621
TAP SA	1.838.109	1.725.154	112.955	1.751.681	1.649.096	102.585
Outros	404.255	403.829	426	87.458	88.740	-1.283
<i>subtotal</i>	<i>14.327.578</i>	<i>14.163.292</i>	<i>164.285</i>	<i>9.299.380</i>	<i>9.514.619</i>	<i>-215.238</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	55.477.905	54.805.416	672.489	56.612.487	55.965.007	647.480
Saúde						
CH de Lisboa Norte	896.857	673.666	223.191	982.601	669.041	313.559
CH de Lisboa Ocidental	331.021	299.453	31.568	322.910	264.921	57.989
CH do Porto	311.612	134.680	176.932	322.950	122.869	200.081
CH e Universitário de Coimbra	1.555.339	199.167	1.356.173	1.572.552	181.440	1.391.112
CH São João	462.566	330.256	132.310	345.019	203.745	141.274
Outros	4.501.345	3.057.900	1.443.446	4.089.233	2.474.556	1.614.677
Total sector da Saúde*	8.058.741	4.695.122	3.363.620	7.635.264	3.916.573	3.718.692
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013						
CH Baixo Vouga	181.317	-	-	240.593	-	-
CH de Lisboa Central	239.291	-	-	388.863	-	-
ULS do Nordeste	215.306	-	-	244.118	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro C.2 – Rácio de Endividamento

Unid: Milhares de euros

	Financiamentos Obtidos			Financiamentos Obtidos / Ativo		
	3.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	3.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
Comunicação Social						
Lusa	1.001	1.215	-214	7,5%	8,5%	-1,0
RTP	64.014	64.930	-917	18,0%	18,0%	0,0
<i>subtotal</i>	<i>65.015</i>	<i>66.145</i>	<i>-1.130</i>	<i>17,6%</i>	<i>17,6%</i>	<i>0,0</i>
Cultura						
<i>subtotal</i>	<i>4</i>	<i>0</i>	<i>4</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0</i>
Infraestruturas						
Adm. Portuárias	168.048	166.334	1.714	9,3%	9,2%	0,1
EDIA	704.374	691.637	12.738	105,5%	70,0%	35,6
Estradas de Portugal	3.345.185	2.963.705	381.480	16,8%	15,6%	1,2
Parque Escolar	1.140.000	1.140.000	0	47,6%	48,0%	-0,4
REFER	7.116.474	6.962.328	154.146	132,2%	132,2%	0,0
Outros	207.155	212.556	-5.402	36,5%	37,9%	-1,4
<i>subtotal</i>	<i>12.681.236</i>	<i>12.136.560</i>	<i>544.677</i>	<i>41,3%</i>	<i>40,4%</i>	<i>0,8</i>
Req. Urbana e Ambiental						
Parque Expo	166.968	162.502	4.466	102,7%	93,3%	9,4
Outros	111	211	-100	0,0%	0,1%	0,0
<i>subtotal</i>	<i>167.079</i>	<i>162.713</i>	<i>4.366</i>	<i>32,5%</i>	<i>31,4%</i>	<i>1,1</i>
Transportes						
CP	3.755.699	3.637.063	118.636	361,4%	343,5%	18,0
Metropolitano de Lisboa	4.755.047	4.181.108	573.938	99,7%	85,0%	14,7
Metro do Porto	3.156.371	2.723.497	432.873	138,0%	116,4%	21,7
STCP	391.577	370.665	20.912	408,9%	394,5%	14,4
Carris	767.732	734.585	33.147	630,2%	556,5%	73,7
Outros	183.269	163.930	19.339	154,9%	141,1%	13,8
<i>subtotal</i>	<i>13.009.694</i>	<i>11.810.848</i>	<i>1.198.846</i>	<i>154,3%</i>	<i>136,4%</i>	<i>17,9</i>
Outros						
EGREP	481.812	366.567	115.244	122,0%	93,8%	28,2
Outros	152.748	117.691	35.056	21,2%	17,4%	3,9
<i>subtotal</i>	<i>634.559</i>	<i>484.259</i>	<i>150.301</i>	<i>56,9%</i>	<i>45,3%</i>	<i>11,6</i>
Empresas Parpública						
Parpública	4.940.740	4.955.064	-14.324	59,3%	59,4%	-0,1
ADP - Águas de Portugal	605.000	600.000	5.000	49,1%	49,2%	-0,1
CTT	2.227	5.553	-3.326	0,2%	0,5%	-0,3
Sagestamo	422.302	486.916	-64.614	30,6%	34,1%	-3,5
TAP SA	802.760	861.656	-58.896	43,7%	49,9%	-6,3
Outros	30.073	33.196	-3.123	7,4%	8,2%	-0,8
<i>subtotal</i>	<i>6.803.102</i>	<i>6.942.385</i>	<i>-139.283</i>	<i>47,5%</i>	<i>49,0%</i>	<i>-1,5</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	33.360.689	31.602.909	1.757.780	60,1%	57,7%	2,5
Saúde						
CH de Lisboa Norte	8.021	8.021	0	0,9%	1,2%	-0,3
CH de Lisboa Ocidental	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0
CH do Porto	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0
CH e Universitário de Coimbra	16.958	16.958	0	1,1%	8,5%	-7,4
CH São João	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0
Outros	283.638	283.368	271	6,3%	9,3%	-3,0
Total sector da Saúde*	308.617	308.347	271	3,8%	6,6%	-2,7
Entidades novas e/ou sem dados no 3ºTrim 2013						
CH Baixo Vouga	11.122	-	-	6,1%	-	-
CH de Lisboa Central	80.514	-	-	33,6%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	4.000	-	-	1,9%	-	-

(*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas



D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Unid: dias

	3.º Trim 2013	3.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social				
Lusa	18	20	-2	-10,0%
RTP	86	58	28	48,3%
<i>subtotal</i>	<i>84</i>	<i>57</i>	<i>27</i>	<i>47,4%</i>
Cultura				
<i>subtotal</i>	<i>74</i>	<i>43</i>	<i>31</i>	<i>72,1%</i>
Infraestruturas				
Adm. Portuárias	32	56	-24	-42,9%
EDIA	84	84	0	0,0%
Estradas de Portugal	18	29	-11	-37,9%
Parque Escolar	53	70	-17	-24,3%
REFER	40	68	-28	-41,2%
Outros	44	40	4	10,0%
<i>subtotal</i>	<i>28</i>	<i>49</i>	<i>-21</i>	<i>-42,9%</i>
Req. Urbana e Ambiental				
Parque Expo	84	110	-26	-23,6%
Outros	n.d.	n.d.	-	-
<i>subtotal</i>	<i>84</i>	<i>110</i>	<i>-26</i>	<i>-23,6%</i>
Transportes				
CP	187	110	77	70,0%
Metropolitano de Lisboa	35	183	-148	-80,9%
Metro do Porto	114	46	68	147,8%
STCP	53	47	6	12,8%
Carris	57	51	6	11,8%
Outros	74	140	-66	-47,1%
<i>subtotal</i>	<i>119</i>	<i>94</i>	<i>25</i>	<i>26,6%</i>
Outros				
EGREP	9	0	9	-
Outros	46	28	18	64,3%
<i>subtotal</i>	<i>40</i>	<i>23</i>	<i>17</i>	<i>73,9%</i>
Empresas Parpública				
Parpública	80	29	51	175,9%
ADP - Águas de Portugal	66	61	5	8,2%
CTT	39	35	4	11,4%
Sagestamo	55	60	-5	-8,3%
TAP SA	n.d.	n.d.	-	-
Outros	57	66	-9	-13,6%
<i>subtotal</i>	<i>43</i>	<i>41</i>	<i>2</i>	<i>4,9%</i>
Total SEE (sem sector da Saúde)	53	55	-2	-3,6%
Saúde				
CH de Lisboa Norte	471	469	2	0,4%
CH de Lisboa Ocidental	324	450	-126	-28,0%
CH do Porto	183	291	-108	-37,1%
CH e Universitário de Coimbra	183	410	-227	-55,4%
CH São João	180	335	-155	-46,3%
Outros	230	319	-89	-27,9%
Total sector da Saúde	246	347	-101	-29,1%

Nota 1 - Os dados referentes ao sector da Saúde são fornecidos pela ACSS. Nas restantes empresas, os dados são remetidos pelas mesmas à DGTF.

Nota 2 - Os subtotais e totais são médias ponderadas do sector em causa.

E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
Órgãos Sociais			
2º S C	04-07-2013	Resolução n.º 17/2013	Nomeia o presidente do conselho de administração da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E. P. E
1º S	19-07-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2013	Procede à segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, procedendo à classificação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores
2º C 1º S	19-07-2013	Resolução n.º 17-A/2013	Nomeia o conselho de administração do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E
2º S C	23-07-2013	Resolução n.º 18/2013	Nomeia um vogal executivo para o conselho de administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.
2º S C	29-07-2013	Despacho n.º 9901/2013.	Nomeia presidente do conselho consultivo do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE, o Dr. Emílio Rui Vilar
1º S	29-07-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2013	Procede à terceira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, procedendo à classificação da EMA - Empresa de Meios Aéreos, S.A., para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores
2º C 1º S	29-07-2013	Despacho n.º 9930-B/2013	Nomeia presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E., o Dr. José Macedo Vieira
2º S C	16-08-2013	Despacho n.º 10631/2013	Ratifica os atos, identificados em anexo, praticados pelo Dr. Luís Manuel Flores de Carvalho, Vogal do Conselho de Administração da Parque Escolar, E.P.E., durante o período decorrido entre 1 e 22 de maio de 2013
1º S	23-08-2013	Lei n.º 59/2013	Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória
2º S C	06-09-2013	Resolução n.º 23/2013	Nomeia o diretor clínico na área hospitalar, o diretor clínico na área dos cuidados de saúde primários e um vogal executivo para o conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E. P. E.
Privatizações e Reestruturações			
1º S	30-07-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2013	Delega na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia a prática de atos associados ao contrato de concessão de serviço público aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA - Aeroportos de Portugal, S. A., e ao Acordo Quadro entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira conducente à integração dos aeroportos situados nesta região autónoma na rede aeroportuária nacional
1º S	31-07-2013	Decreto-Lei n.º 108/2013	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, com vista à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional gerida pela ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.
1º S	01-08-2013	Decreto-Lei n.º 109/2013	Procede à extinção da Fundação Alter Real instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação
2º S C	01-08-2013	Despacho n.º 10150-A/2013	Delegação de competências no Secretário de Estado do Tesouro para a celebração de retificação de anexo ao Contrato de Concessão de serviço público aeroportuário com a ANA, ao contrato administrativo e ao contrato de concessão ANA
2º S C	27-08-2013	Despacho n.º 11029/2013	Composição do Júri do processo da ENVC
1º S 1º S	30-08-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013	Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho
2º S C 1º S	04-09-2013	Despacho n.º 11536-A/2013	Nomeia os membros da Comissão Especial para o acompanhamento do processo de reprivatização das Empresas Seguradoras
1º S	06-09-2013	Decreto-Lei n.º 129/2013	Aprova o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A.
1º S	20-09-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2013	Concretiza o valor unitário das ações integradas no lote reservado a trabalhadores da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., nos termos do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2012, de 7 de dezembro, e determina o período da oferta pública de venda e demais formalidades
Outros			
1º S	16-07-2013	Lei n.º 48/2013	Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros
1º S	24-07-2013	Decreto-Lei n.º 98/2013	Procede à afetação à sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefina a área referente à concessão dominial atribuída à sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão
1º S	30-07-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2013	Autoriza a realização da despesa e determina a atribuição das compensações financeiras aos operadores suburbanos de transporte coletivo rodoviário de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa pela prestação de serviço público de disponibilização dos títulos de transporte intermodais designados por L
1º S 1º S	31-07-2013	Portaria n.º 241-A/2013	Regula o sistema de passes intermodais e as condições de disponibilização destes títulos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa (AML), bem como as regras relativas à respetiva compensação financeira dos operadores de transporte coletivo regular de passageiros da AML por parte do Estado
1º S	13-08-2013	Decreto-Lei n.º 117/2013	Aprova o regime jurídico de atribuição do subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre Bragança-Lisboa, Lisboa-Bragança, Vila Real-Lisboa e Lisboa-Vila Real
1º S 1º S	23-08-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2013	Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de operação e manutenção dos meios aéreos próprios pesados do Estado e da despesa com a aquisição de serviços de disponibilização dos meios aéreos próprios necessários à prossecução das missões públicas de combate aos incêndios florestais atribuídas ao Ministério da Administração Interna
2º S C	26-08-2013	Despacho n.º 10959/2013	Autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais por entidades que não tenham pagamentos em atraso
2º S C	30-08-2013	Despacho n.º 11253/2013	Determina as aplicações para as quais é obrigatória, para todas as entidades do Ministério da Saúde e instituições do Serviço Nacional de Saúde, a aquisição centralizada de serviços de manutenção corretiva e evolutiva, para 2014, através da SPMS, E.P.E.
1º S	30-08-2013	Lei n.º 70/2013	Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho
2º S C 1º S	29-08-2013	Despacho n.º 11215-A/2013	Cria um grupo de trabalho com objetivo de apresentar ao Governo as recomendações relativamente ao investimento em Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado
2º S C	23-09-2013	Despacho n.º 12107/2013	Autoriza a «EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A.», a praticar os seguintes atos de gestão operacional da bolsa de terras